



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 814

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: estabelece, para revisão geral anual do ano de 2014, o índice geral de 6,28%, nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica concedido, para revisão geral anual referente ao ano de 2014, o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º O Anexo IV da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3º O Anexo V da Lei Complementar nº 136, de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 4º A aplicação do índice fixado no art. 1º será implementada em folha de pagamento com efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2014.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO I

SUBSÍDIO – DEFENSOR PÚBLICO

Tempos/referências		05 Anos	10 Anos	15 Anos	20 Anos	25 Anos	31 Anos	32 Anos	33 Anos	34 Anos	35 Anos
Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1ª	13.331,79	13.998,38	14.664,97	15.331,56	15.998,15	16.664,74	17.331,33	17.997,92	18.664,50	19.331,09	19.997,68
2ª	12.696,94	13.331,79	13.966,64	14.601,48	15.236,33	15.871,18	16.506,02	17.140,87	17.775,72	18.410,57	19.045,41
3ª	12.092,33	12.696,94	13.301,58	13.906,17	14.510,79	15.115,41	15.720,02	16.324,64	16.929,28	17.533,87	18.138,49

ANEXO II

VENCIMENTO BÁSICO – AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA

Classe	Dinâmica inter-classe	Vencimento base	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,10						5.708,65	7.135,81	7.840,39	8.205,19	8.562,08	8.919,77	9.276,66
2					4.151,75	4.774,51	4.982,10	5.189,68					
3		2.653,92	3.282,01	3.446,11	3.810,21	3.774,31							

VENCIMENTO BÁSICO – ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

Classe	Dinâmica inter-classe	Vencimento base	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,05						2.167,28	2.700,10	2.680,01	3.116,47	3.250,92	3.388,38	3.521,83
2					1.651,28	1.898,95	1.991,52	2.064,08					
3		1.189,14	1.367,51	1.435,86	1.504,25	1.572,63							

Curitiba, em 04 de Junho de 2014.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em 04 JUN. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva estabelecer, para revisão geral anual do ano de 2014, o índice geral de 6,28%, nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

A presente proposta não trata de reajuste, mas somente de observância do direito à revisão geral anual garantido pelo artigo 37, X, da Constituição Federal, e pelo artigo 27, X, da Constituição do Estado do Paraná, em relação ao ano de 2014.

É o que se propõe na presente medida, aplicando-se, exatamente, o mesmo índice utilizado para revisão geral para os servidores do Poder Executivo do Estado.

Ressalta-se a necessidade de distinção entre revisão e reajuste, já que não há aqui elevação do poder aquisitivo, mas tão somente a recomposição dos valores decorrentes das perdas por conta da inflação. Por este mesmo motivo, a revisão geral anual estritamente limitada a tal perda não encontra qualquer óbice na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O direito à anualidade da revisão é constitucionalmente assegurado aos servidores públicos, devido independentemente da inércia quanto à edição da lei pertinente. Este é o entendimento dos Tribunais de Contas dos Estados e o único posicionamento que homenageia o princípio da isonomia constitucional.

Pelo exposto, encaminha-se, como é de praxe, a proposição referente à revisão geral anual do ano de 2014, no percentual acima mencionado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 04/06/2014

Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.132.770-6



SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei Complementar 136 - 19 de Maio de 2011

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8469 de 19 de Maio de 2011

Súmula: Estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º A Defensoria Pública do Estado do Paraná é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 2º São princípios institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná a unidade, a indivisibilidade e a independência na função.

Art. 3º São objetivos da Defensoria Pública do Estado do Paraná:

- I** - a afirmação do Estado Democrático de Direito;
- II** - a prevalência e efetividade dos Direitos Humanos;
- III** - a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;
- IV** - a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná na orientação jurídica e defesa dos necessitados, na forma do artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dentre outras:

- I** - prestar orientação jurídica e exercer defesa dos necessitados, em todos os graus;
- II** - promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- III** - promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- IV** - prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras para o exercício de suas atribuições;
- V** - exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- VI** - representar aos sistemas internacionais de proteção dos Direitos Humanos, postulando perante seus órgãos;
- VII** - promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

ANEXO IV - SUBSIDIO DEFENSOR PÚBLICO

SUBSIDIO - DEFENSOR PÚBLICO

CATEGORIA	TEMPO REFERÊNCIAS									
	05 Anos	10 Anos	15 Anos	20 Anos	25 Anos	31 Anos	32 Anos	33 Anos	34 Anos	35 Anos
1*	11.779,53	12.368,51	12.957,48	13.546,46	14.135,43	14.724,41	15.313,39	15.902,36	16.491,34	17.080,32
2*	11.218,60	11.779,53	12.340,46	12.901,39	13.462,32	14.023,25	14.594,18	15.145,11	15.706,04	16.266,97
3*	10.684,38	11.218,60	11.752,82	12.287,04	12.821,26	13.355,48	13.889,69	14.423,91	14.958,13	15.492,35
										16.026,57

ANEXO V - VENCIMENTOS BÁSICOS

VENCIMENTO BÁSICO - AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,10						5.043,97	6.304,97	6.935,46	7.250,71	7.585,96	7.881,21	8.196,48
2					3.669,34	4.218,60	4.402,01	4.585,43					
3		2.621,63	2.899,88	3.044,67	3.169,66	3.334,86							

VENCIMENTO BÁSICO - ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,05						1.914,94	2.383,67	2.633,04	2.752,72	2.872,41	2.992,09	3.111,77
2					1.459,00	1.677,65	1.750,80	1.823,75					
3		1.050,68	1.208,26	1.268,70	1.329,11	1.389,52							



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 008/14

Projeto de Lei nº. 008/14

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 036/14

Súmula: Estabelece, para previsão geral do ano de 2014, o índice geral de 6,28%, nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

EMENTA: REAJUSTE CONSTITUCIONAL. ART. 27, X DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DE DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 61 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre a concessão de índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras dos servidores membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com relação ao regime jurídico dos servidores do Poder Executivo, bem como reajuste de suas remunerações, cumpre destacar a competência do Governador do Estado para legislar sobre tal matéria, senão vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

(...)

O que se pretende com o projeto em comento é a aplicação do art. 27, X da Constituição Estadual, sendo:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Ainda, é de se destacar que o projeto de lei em comento por se tratar de pretensão cujo escopo seja o Reajuste, não há de se falar em violação de Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, ao que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


NELSON JUSTUS
Presidente


HERMA BRANDÃO JR.
Relator

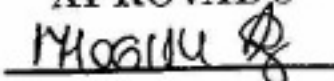











APROVADO




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/14

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei Complementar em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 36/14, estabelece, para revisão geral anual do ano de 2014, o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito) por cento, nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, e que por meio de seu Relator Deputado Hermas Brandão Júnior, exarou o devido parecer favorável que foi aprovado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se na justificativa da proposta que a mesma é garantida pelo artigo 37, X, da Constituição Federal, e pelo artigo 27, X, da Constituição do Estado do Paraná.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois o Plano de Lei Complementar apresenta tão somente a recomposição dos valores decorrentes das perdas por conta da inflação.

Informa ainda, o proponente da matéria que as despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão a conta de dotação orçamentária própria, e com os efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2014.



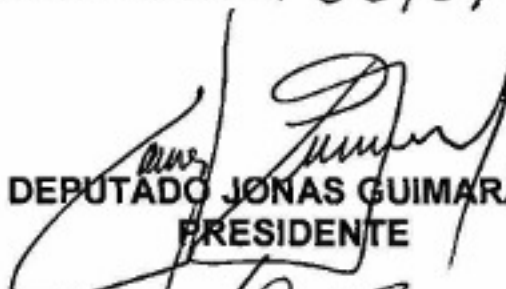
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 02/07/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR


Dep. Waldyr
Pugliese


Dep. Wilson
Quinteiro


Dep. Elio
Rosch

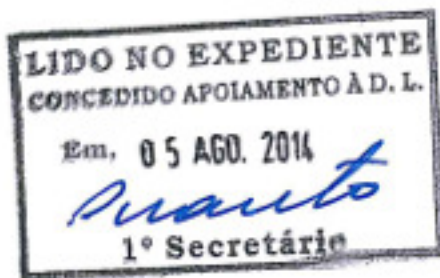




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



Projeto de Lei nº 355/2014
(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Ademar Traiano)



Revoga dispositivos da Lei Florestal do Estado bem como a Lei de auditoria ambiental.

Art. 1º Revoga:


I – o art. 7º e o art. 63, ambos da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995, que dispõe sobre a Lei Florestal do Estado; e

II – a Lei nº 13.448, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a auditoria ambiental compulsória.

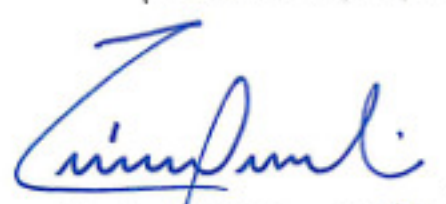
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2014.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual


ADEMAR TRAIANO
Deputado Estadual


PLAUTO MIRÓ


BERNARDO CARLI

fls.2.

JUSTIFICATIVA

São necessárias as revogações propostas tendo em vista que os dispositivos tratam de assuntos já disciplinados em outras normas.

Os arts. 7º e 63 da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995, dispõe sobre a proporção de vegetação nativa considerada reserva legal nas propriedades rurais. Tal determinação já está expressa no art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal.

Da mesma forma, a Lei nº 13.448, de 11 de janeiro de 2002, normativa a auditoria ambiental, tema tratado por resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, instituído pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Assim, requer-se apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Lei 11054 - 11 de Janeiro de 1995

Publicado no Diário Oficial nº. 4425 de 11 de Janeiro de 1995

Súmula: Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DO REGIME FLORESTAL

Art. 1º. As florestas existentes no território paranaense e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do Estado, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei Florestal do Estado estabelece.

Art. 2º. A atividade florestal deverá assegurar, além de seus objetivos sócio-econômicos, a manutenção da qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

Art. 3º. A autorização para a exploração dos remanescentes de floresta nativa do Estado somente será permitida através de técnicas de manejo.

Art. 4º. A política florestal e a execução desta Lei serão aplicadas pela autoridade florestal, mantida pelo Poder Executivo Estadual, com estrutura própria definida em lei.

Art. 5º. As florestas e demais formas de vegetação nativa existentes no território paranaense ficam classificadas, para efeito das disposições desta Lei, em:

- I - preservação permanente;
- II - reserva legal;
- III - produtivas;
- IV - unidades de conservação.

Art. 6º. Consideram-se de preservação permanente, no âmbito do Estado do Paraná, as florestas e demais formas de vegetação especificadas no código florestal brasileiro.

§ 1º. A autoridade florestal criará mecanismos e estimulará a recomposição das áreas de preservação permanente atualmente degradadas ou sem cobertura vegetal.

§ 2º. Na pequena propriedade onde o proprietário não tiver recursos para recomposição das áreas de preservação caberá à autoridade florestal fornecer os meios necessários.

Art. 7º. As florestas e demais formas nativas de vegetação consideradas reserva legal devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% da propriedade rural, visando manutenção de tecido florestal a nível de propriedade e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade;

Art. 7º-A: As florestas e demais formas nativas de vegetação consideradas reserva legal devem representar, em uma ou várias parcelas, localizadas na propriedade ou em áreas da mesma região administrativa e região litorânea, um mínimo de 20% da propriedade rural, visando manutenção de tecido florestal a nível de propriedade e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade, respeitando os interesses públicos, podendo ser, conforme o interesse do proprietário rural, em condomínio florestais privados ou públicos.
(Redação dada pela Lei 14502 de 22/12/2004)

Art. 7º. As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Reserva Florestal Legal devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% (vinte por cento) da propriedade rural, visando a manutenção de vegetação nativa do Estado e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade, respeitando os interesses públicos.
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

§ 1º. Caberá o Governo do Estado implementar os condomínios florestais públicos, em ordem de prioridade:
(Incluído pela Lei 14502 de 22/12/2004)

§ 1º. Por opção do proprietário, o estabelecimento de Reserva Florestal Legal, poderá ser estabelecida em outro imóvel, como reserva legal cedida, desde que, alternativamente, esteja situado:
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

I - em áreas de baixa aptidão agrícola que se encontrem degradadas, para fins de recomposição ambiental;
(Incluído pela Lei 14562 de 22/12/2004)

II - no mesmo município;
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

III - em áreas extensivas de grande importância ecológica;
(Incluído pela Lei 14562 de 22/12/2004)

IV - na mesma bacia hidrográfica;
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

V - em remanescentes de vegetação nativa necessários à conexão das áreas de grande importância ecológica;
(Incluído pela Lei 14562 de 22/12/2004)

VI - na mesma área ou região administrativa do órgão ambiental do Estado;
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

VII - nos condomínios florestais privados ou públicos, localizados no território estadual, ficando vedado que se estabeleçam nos municípios de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.
(Incluído pela Lei 15001 de 26/01/2006)

§ 2º. Poderão os proprietários de áreas florestais de grande importância ecológica constituir condomínios florestais privados;
(Incluído pela Lei 14562 de 22/12/2004)

§ 2º. Caberá ao Governo do Estado implementar os condomínios florestais públicos;
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

I - em áreas de baixa aptidão agrícola, que se encontrem degradadas, para fins de recomposição ambiental;
(Incluído pela Lei 15001 de 26/01/2006)

II - em áreas extensivas de grande importância ecológica;
(Incluído pela Lei 15001 de 26/01/2006)

III - em remanescentes de vegetação nativa necessários à conexão das Unidades de Conservação.
(Incluído pela Lei 15001 de 26/01/2006)

§ 3º. Os condomínios florestais públicos ou privados serão divididos em cotas de Reserva Florestal Legal, que serão vendidas aos interessados em averbar reservas florestais legais nestes condomínios;
(Incluído pela Lei 14562 de 22/12/2004)

§ 3º. As propriedades que após cumprirem com as disposições deste artigo, ainda dispuserem de mais áreas cobertas com vegetação nativa em qualquer estágio de desenvolvimento, poderão ceder ou arrendar este excesso para outras propriedades que não possuam a Reserva Florestal Legal, ou possuírem parte dela, obedecido o disposto no parágrafo 1º, deste artigo.
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

§ 4º. A recomposição poderá ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a restauração do ecossistema original;
(Incluído pela Lei 14562 de 22/12/2004)

§ 4º. Os proprietários que possuírem grandes áreas, com vegetação nativa e de interesse ecológico, poderão constituir condomínios florestais privados para fins de compensação de reserva legal, desde que obedecendo o disposto no parágrafo 1º deste artigo.
(Redação dada pela Lei 15001 de 26/01/2006)

§ 5º. Os condomínios florestais públicos ou privados serão divididos em cotas de Reserva Florestal Legal que poderão ser vendidas ou arrendadas aos interessados, obedecendo-se o disposto no parágrafo 1º deste artigo.
(Incluído pela Lei 15001 de 26/01/2006)

§ 6º. A recomposição poderá ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como

pioneiras, visando a restauração do ecossistema original.
(Incluído pela Lei 15001 de 26/01/2006)

Art. 8º. As florestas e demais formas nativas de vegetação consideradas produtivas serão todas as não abrangidas pelas demais formas de classificação desta Lei, visando o suprimento de matérias primas de origem florestal necessárias ao abastecimento perene do Estado e de outros mercados, ou para uso e sustentação própria do produtor rural.

Art. 9º. As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Unidade de conservação são previstas na Legislação Federal e no sistema Federal de Unidade de Conservação.

Art. 10. Para os fins previstos nesta lei entende-se por:

- I - diversidade biológica a variedade de genótipos, espécies, populações, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região;
- II - conservação da natureza a utilização sustentável dos recursos naturais, objetivando produção contínua e rendimento ótimo, condicionados à manutenção permanente da diversidade biológica;
- III - preservação os procedimentos integrantes das práticas de conservação da natureza que asseguram a proteção integral dos atributos naturais, admitindo apenas seu uso indireto;
- IV - manejo a técnica de gerenciar os processos ecológicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza e de preservação colimados;
- V - unidades de conservação as porções de território estadual, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção;
- VI - zona - tampão a porção territorial adjacente a uma unidade de conservação, submetida a restrições de uso, com o propósito de protegê-la das alterações decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas;
- VII - florestas, nominando genericamente, todas as formas de vegetação conjunta com porte arbóreo ou superior, com espécies nativas ou exóticas.

CAPÍTULO II DA PROTEÇÃO FLORESTAL

Art. 11. Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, por ato do poder público, ouvida a autoridade florestal, por motivo de sua localização, raridade, beleza, importância científica ou interesse cultural e histórico.

Art. 12. A autoridade florestal estimulará a criação de unidades de combate a incêndios florestais, a nível de municípios, propriedades ou empresas.

Art. 13. Em caso de incêndio rural ou florestal, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal como a qualquer outra autoridade pública estadual ou municipal requisitar os meios materiais e convocar as pessoas em condições de prestar auxílio.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo estende-se à defesa civil, às CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e demais organizações especializadas na prevenção e combate a incêndios, públicas ou privadas.

Art. 14. É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo único. Nos casos em que justifique a prática de fogo para limpeza e manejo, em áreas de floresta e demais formas de vegetação, a permissão se dará para uso criterioso e com garantias de controle, através de normas e autorização de autoridade florestal.

Art. 15. A autoridade florestal difundirá e normalizará o controle de pragas florestais.

Parágrafo único. Toda constatação de focos de pragas florestais deve ser comunicada à autoridade florestal pelo proprietário rural ou responsável técnico.

Art. 16. Os objetivos e a classificação das Unidades de Conservação da natureza no Estado do Paraná serão concorrentes com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação conforme dispuser a legislação federal em vigor.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO

Art. 17. Nos mapas e cartas oficiais do Estado e municípios serão obrigatoriamente assinaladas as unidades de conservação públicas previstas nesta Lei.

Art. 18. Esta Lei deverá ser distribuída gratuitamente e de forma obrigatória de quatro em quatro anos para todas as escolas de primeiro e segundo grau públicas e privadas, sindicatos e associações rurais de trabalhadores e patronais do Estado, bibliotecas públicas, prefeituras municipais, acompanhada de amplo processo de divulgação e explicação do seu conteúdo e dos princípios de conservação da natureza.

Art. 19. A autoridade florestal promoverá a semana da árvore, enfatizando a importância econômica, social e ecológica das florestas e suas formas de proteção e utilização racional.

Parágrafo único. A autoridade florestal, na semana da árvore, definida no período coincidente com o dia 21 de setembro, promoverá, obrigatoriamente, nas escolas e estabelecimentos públicos, ampla divulgação dos princípios que ressaltam os valores da floresta em face de seus produtos e utilidades bem como da forma correta de conduzi-las e perpetuá-las.

Art. 20. Durante todo o ano letivo o Poder Público deverá promover, nas instituições de ensino, em todos os municípios, a conscientização pública de forma permanente e a divulgação dos princípios florestais, fornecendo o material didático necessário.

Art. 21. A autoridade florestal criará museus e jardins botânicos representativos dos principais ecossistemas do Estado, a nível de microrregião, visando a pesquisa, a educação e a divulgação.

Art. 22. A autoridade florestal incentivará a solução dos problemas comuns relativos aos aspectos florestais mediante a celebração de acordos, convênios ou consórcios.

Art. 23. O Estado formará técnicos de nível médio e de outras modalidades para atuarem nas atividades de suporte de implantação, manejo, administração de unidades de conservação, exploração e utilização das florestas.

Art. 24. O Poder Público fomentará a realização de pesquisas florestais através da integração dos órgãos existentes no Estado, com a coordenação de autoridade florestal.

Parágrafo único. Fica assegurado um percentual de 10% da taxa florestal prevista nesta Lei, para aplicação em pesquisa florestal no Estado através de projetos específicos apresentados pela comunidade científica e tecnológica ligada ao setor, independente dos programas governamentais com outras fontes de recursos.

Art. 25. Fica assegurada a difusão de informações oriundas de pesquisas florestais à comunidade rural, através da extensão e outros meios, executada pela autoridade florestal.

CAPÍTULO IV DO REFLORESTAMENTO, MANEJO E EXPLORAÇÃO

Art. 26. As florestas não sujeitas ao regime de utilização limitada prevista em lei e ressalvada a de preservação permanente são suscetíveis de exploração e transformação obedecendo as disposições legais.

Art. 27. A autoridade florestal estimulará o plantio de árvores divulgando o livre exercício desta atividade quando não vinculada à reposição florestal obrigatória ou em área de preservação permanente, bem como a garantia de sua plena e livre utilização futura.

Art. 28. As áreas degradadas, não classificadas como de preservação permanente, deverão ser prioritariamente utilizadas para implantação de programas florestais visando sua reintegração ao processo produtivo.

Art. 29. As formações florestais, localizadas na faixa de entorno de lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais, terão função protetora, podendo, no entanto, ser exploradas através de técnicas de manejo, a critério da autoridade florestal, salvo as faixas previstas como de preservação permanente com limite mínimo de 30m a contar da linha de água junto às margens.

Art. 30. Os consumidores de matéria-prima florestal, na primeira transformação, são obrigados a efetuar direta ou indiretamente a reposição florestal equivalente ao seu consumo.

§ 1º. Os índices de reposição florestal, relacionando os volumes consumidos com os volumes médios das florestas a serem repostas, serão estabelecidos pela autoridade florestal, quando a legislação federal não os previr, podendo ainda utilizar o critério de área explorada com área a ser repostas com índices mínimos da população por espécies na rotação final.

§ 2º. A reposição poderá ser realizada diretamente ou através da participação de programas executados por terceiros devidamente aprovados por autoridade florestal estadual ou federal.

§ 3º. Serão estimulados pela autoridade florestal os programas de reposição executados de forma coletiva através de cooperativas ou associações envolvendo pequenos e médios proprietários rurais.

Art. 31. Quando a reposição florestal for recolhida diretamente à autoridade florestal na forma de cota, taxa, multa ou outra modalidade, os valores recolhidos deverão ser aplicados exclusivamente no plantio específico de florestas a qualquer título, preferencialmente no município de origem da floresta que determina o recolhimento.

Art. 32. As florestas plantadas, vinculadas oficialmente a programas industriais de reposição florestal, com densidade superior à população da rotação final, são isentas da reposição florestal nas colheitas, ou desbastes intermediários, observando-se que a reposição florestal aplicada ao corte final garanta a manutenção equivalente da área florestal cortada.

Art. 33. A autoridade florestal manterá controle estatístico e informativo da disponibilidade e consumo de florestas e dos produtos florestais em suas várias formas e fases, divulgando periodicamente estas informações.

Art. 34. A autoridade florestal baixará normas concorrentes com a legislação federal para ordenar o uso das florestas nativas e demais formas de vegetação nativas localizadas nas regiões de distribuição natural de mata atlântica, matas de araucárias, matas subtropicais pluviais e Região Metropolitana de Curitiba, obedecendo aos critérios gerais desta Lei.

Parágrafo único. As florestas e áreas rurais visando exploração futura e programas de reflorestamento não vinculados a projetos específicos em execução ou ao PIFI - Programa Integrado Floresta-Indústria, previsto na legislação federal, serão consideradas em uso desde que seu proprietário declare à autoridade florestal seus objetivos para utilização efetiva, definindo ainda o prazo futuro para utilização.

Art. 35. A classificação e delimitação geográficas dos ecossistemas e demais formas de vegetação no Estado do Paraná serão aquelas apresentadas no mapa de Vegetação do Brasil, IBGE/1988.

Art. 36. A mata atlântica não localizada em área de preservação permanente é suscetível de exploração somente através de técnicas de manejo que garantam a estabilidade e perpetuidade deste ecossistema obedecendo aos critérios da legislação federal e estadual e às normas específicas estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º. Além da caracterização da tipologia florestal as normas deverão observar a diferenciação das regiões topográficas, especialmente na planície litorânea, onde a atividade agrícola e de pecuária possa ser permitida.

§ 2º. Deverá ser fomentada a atividade de produção de palmito (*Euterpe edulis*) e da caxeta (*Tabebuia cassinoides*), como forma de rendimento econômico da Mata Atlântica, através da divulgação, orientação e extensão a serem realizadas pela autoridade florestal.

Art. 37. As áreas atualmente revestidas de formações florestais nativas, sem intervenção, em que ocorre o Pinheiro Brasileiro ou Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), não poderão ser desmatadas de forma a provocar a eliminação permanente dessas florestas, tolerando-se somente a exploração racional desta, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.

§ 1º. Deverão ser mantidos, a título de porta-sementes e de material genético, o mínimo de dez indivíduos em média por hectare nas áreas remanescentes da exploração.

§ 2º. Quando constatada pela autoridade competente a estagnação ou senilidade dos indivíduos remanescentes, os mesmos poderão ser substituídos através de adensamento ou enriquecimento, neste caso com população mínima média de 100 indivíduos por hectare, constatadas sua existência pela autoridade florestal até cinco anos após seu plantio.

Art. 38. A autoridade florestal normatizará a exploração na Região Metropolitana de Curitiba, observando o estímulo de sua vocação energética, através do manejo da Bracatinga (*Mimosa escabrella*), do reflorestamento intensivo das áreas degradadas e controle da utilização das florestas nativas e das reservas legais.

Art. 39. O manejo da floresta de Bracatinga (*Mimosa escabrella*), com corte raso e regeneração por alto fuste, quando não visar sua substituição por outro uso, e em área não classificada de preservação permanente, será

efetuada mediante solicitação simplificada à autoridade florestal, que terá prazo máximo de 15 dias para resposta.

Parágrafo único. A aplicação do "caput" deste artigo, quando abrangendo período de uma rotação, dispensa os procedimentos do artigo 38.

Art. 40. O manejo em florestas nativas situadas em áreas de reserva legal deverá prever a manutenção ou reposição de pelo menos dez árvores por hectare em média de espécies consideradas de relevância econômica e ecológica simultaneamente, além da composição florística prevista no manejo conforme legislação federal.

§ 1º. Para áreas de florestas subtropicais as árvores previstas neste artigo deverão ser preferencialmente das espécies do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), Imbuia (*Ocotea porosa*), Ipê (*Tabebuia* spp), ou cedro (*Cedrella fissilis*).

§ 2º. Para as demais regiões do Paraná a autoridade florestal poderá determinar as espécies de maior relevância para o cumprimento deste artigo.

§ 3º. Às propriedades rurais com menos de 15 hectares não se aplicam as disposições deste artigo.

Art. 41. As espécies escolhidas para a manutenção ou reposição previstas no art. 40 poderão estar localizadas em bloco ou distribuídas aleatoriamente na área de reserva mínima observando-se a densidade média mínima prevista.

Parágrafo único. A manutenção ou reposição dos indivíduos previstos neste artigo poderão ser feitas através da conservação de indivíduos adultos ou em desenvolvimento durante a fase operacional do manejo ou através da condução de regeneração natural, adensamento ou outras técnicas silviculturais.

Art. 42. A autoridade florestal poderá, após cinco anos do término da execução do período de manejo, constatar a existência do previsto no art. 40, em qualquer fase de desenvolvimento da espécie.

§ 1º. Caso a autoridade florestal constate a não-existência da população média prevista poderá exigir do proprietário o plantio imediato dos indivíduos necessários para atingir a população prevista, podendo neste caso determinar a espécie.

§ 2º. Caso não tenha sido atendido o parágrafo primeiro deste artigo, a autoridade florestal poderá efetuar o plantio diretamente, cobrindo todos os custos por conta do proprietário infrator.

Art. 43. A autoridade florestal, através de macrozoneamento agroecológico, definirá zonas prioritárias de desenvolvimento florestal, onde deverá ser estimulado este tipo de atividade.

Art. 44. Nas zonas de desenvolvimento florestal previstas no art. 43, os instrumentos de estímulos fiscal, crédito dos órgãos governamentais, programas de desenvolvimento e demais atividades de reestruturação regional serão preferencialmente dirigidos à atividade florestal.

Art. 45. Fica proibida a autorização para a exportação a outros países de produtos florestais "in natura" oriundos de floresta nativa que não sofrerem nenhuma forma ou processo de beneficiamento.

Parágrafo único. Não se incluem neste artigo as plantas ornamentais, observadas as disposições da legislação federal.

Art. 46. Toda propriedade rural que possuir cobertura florestal a qualquer título superior a 60% de sua área total poderá ser considerada "fazenda florestal".

Parágrafo único. Para a classificação como fazenda florestal o proprietário deverá solicitar à autoridade florestal seu registro sem nenhum ônus, observando-se os seguintes pré-requisitos:

- a) identificação da propriedade rural, com plantas de localização e limites;
- b) laudo técnico de profissional legalmente habilitado, declarando a existência de cobertura florestal e sua respectiva área;
- c) declaração do proprietário de que manterá como atividade principal do seu imóvel o manejo florestal e respeito à legislação federal e estadual vigente.

Art. 47. A fazenda florestal terá sistemática simplificada de controle pela autoridade florestal, observando-se somente de cinco em cinco anos a manutenção das técnicas de manejo, ou em vistorias com prazos menores, caso a autoridade florestal julgar necessário.

§ 1º. Será dada prioridade à extensão florestal com orientação à fazenda florestal em detrimento da simples fiscalização.

§ 2º. Constatada pela autoridade florestal a prática reincidente de não - observância das técnicas de manejo poderá ser revogada a categoria de fazenda florestal da propriedade, voltando a mesma ao regime normal de controle.

§ 3º. As fazendas florestais com áreas superiores a 500 hectares deverão manter responsável técnico de forma permanente através de profissional devidamente habilitado e qualificado.

§ 4º. A autoridade florestal baixará normas complementares de estímulo, benefício e proteção das fazendas florestais, mantendo o princípio de sua criação previsto nesta Lei.

Art. 48. As empresas e indústrias florestais que manejarem diversas propriedades que, em seu todo, se enquadrem no percentual de cobertura florestal prevista no art. 46 poderão enquadrar como fazendas florestais as propriedades de forma agrupada.

Art. 49. Os proprietários de imóveis rurais com até 15 hectares de área total, para aplicação do previsto no art. 241 da Constituição Estadual, não necessitam de prévia autorização da autoridade florestal, observando-se a manutenção da reserva legal e proteção das áreas de preservação permanentemente, nesse caso não superior a 20% da área da propriedade.

Parágrafo único. No caso de comercialização da matéria-prima florestal aplicar-se-á a sistemática de declaração de origem prevista no art. 57, §2º.

Art. 50 Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestais de preservação permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Parágrafo único. Nas dúvidas de definição da função florestal prevista neste artigo deverá ser ouvida a autoridade florestal.

CAPÍTULO V DAS TAXAS E PROGRAMAS DE ESTÍMULO

Art. 51. Fica instituída a taxa florestal estadual a ser recolhida junto à autoridade florestal em função de seus serviços previstos nesta Lei, que será fixada em 1% do valor líquido, excluídos impostos e transporte, de matéria-prima florestal "in natura", na forma de toras, toretes, lenha, resina, plantas ornamentais e folhas.

§ 1º. A taxa será devida pelo primeiro comprador da matéria-prima florestal controlada pelo documento fiscal de compra ou transporte e deverá ser recolhida em conta específica da autoridade florestal até o dia 30 do mês subsequente à data de emissão do documento fiscal.

§ 2º. As produções eventuais vendidas com nota de produtor rural ou de consumo próprio são isentas da taxa florestal estadual, bem como a matéria-prima transformada na mesma propriedade de origem.

Art. 52. A autoridade florestal manterá controle específico dos recursos arrecadados com a taxa florestal estadual, inclusive seus resultados com aplicações financeiras e outras.

§ 1º. Anualmente a autoridade florestal divulgará os valores arrecadados, seus resultados e a efetiva aplicação por programas e subprogramas.

§ 2º. Do montante total previsto no "caput" deste artigo deverão ser aplicados obrigatoriamente 50% dos recursos e seus resultados em programas de desenvolvimento da estrutura florestal produtiva do Estado, não podendo serem aplicados em programas de reposição florestal obrigatória.

Art. 53. Quando a matéria-prima florestal "in natura", prevista no art. 51, não sofrer nenhum grau de transformação no município de origem da floresta, poderá o município cobrar taxa florestal municipal equivalente a até 1% do valor líquido, excluídos impostos e transporte da matéria-prima florestal "in natura", na forma de toras, toretes, lenha, resina, plantas ornamentais e folhas, independente de taxa florestal estadual.

Parágrafo único. A instituição da taxa florestal municipal dependerá de legislação específica do município.

Art. 54. Todo estabelecimento domiciliado no Estado que utilize matéria-prima de origem florestal, agrícola e pecuária, poderá deduzir diretamente do imposto líquido devido de ICMS a parcela aplicada diretamente na atividade de produção de mudas florestais, plantio, manutenção e melhoramento de florestas, proteção e controle de pragas e incêndios florestais, tecnologia, pesquisa, melhoramento e manutenção de unidades de

conservação particulares.

§ 1º. Ficam limitadas as despesas aplicadas no "caput" deste artigo a 10% (dez por cento) do imposto líquido devido quando as atividades forem com espécies ou florestas nativas e a 5% (cinco por cento) quando forem com espécies ou florestas exóticas.

§ 2º. Poderá ser deduzida ainda diretamente parcela até o limite de 1% (um por cento) do imposto líquido devido a valores aplicados na atividade de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, voltadas à preservação e conservação da natureza, com ênfase na proteção florestal, educação ambiental e pesquisa.

§ 3º. Só poderão ser utilizadas as despesas devidamente contabilizadas para fins de fiscalização, quando aplicadas nos itens previstos no "caput" deste artigo, no Estado do Paraná.

Art. 55. Para benefício do previsto no art. 54, salvo § 2º, o estabelecimento que utilizar a dedução deverá aplicar no mínimo igual parcela nas mesmas atividades previstas, com recursos próprios.

Parágrafo único. Os valores aplicados nas atividades previstas neste artigo e no art. 54 não poderão ser utilizados quando a floresta a ser implantada for objeto de execução do programa de reposição florestal obrigatória ou cumprimento de recomposição florestal determinado pela autoridade florestal.

Art. 56. Se for constatada pela autoridade florestal ou de rendas a aplicação indevida dos recursos, ou a inexistência do programa contabilizado, o estabelecimento pagará imediatamente na contribuição do ICMS do mês subsequente da constatação os valores deduzidos indevidamente, corrigidos e acrescidos de multa de 100%.

Parágrafo único. O estabelecimento reincidente na infração prevista neste artigo não poderá mais se beneficiar da aplicação prevista no art. 54.

CAPÍTULO VI DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 57. Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente e desvinculadas da reposição florestal obrigatória, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão.

§ 1º. A aplicação deste artigo independe de prévia autorização ou qualquer procedimento junto à autoridade florestal.

§ 2º. Para o eventual transporte, quando não consumido na propriedade, o produto florestal deverá ser acompanhado de declaração de origem, fornecida pelo proprietário rural quando originada em áreas florestais não superiores a 50 (cinquenta) hectares, e declaração de origem fornecida por profissional legalmente habilitado para áreas florestais superiores.

Art. 58. Constatção pela autoridade florestal de falsidade na declaração de origem prevista no artigo anterior obrigará ao proprietário rural à imediata recomposição da área caso a mesma não possa ser explorada, ou adequação às normas vigentes, quando a área for suscetível de exploração, independente das demais penalidades previstas em leis de responsabilidade do profissional que emitir a declaração de origem irregular.

Art. 59. Para a exploração, manejo ou supressão das demais florestas não previstas no art. 57, deverão ser observadas as disposições desta Lei e do Código Florestal Brasileiro, bem como as normas estabelecidas pela autoridade florestal federal e estadual.

Art. 60. O Poder Executivo Estadual, através de autoridade florestal, em convênio com a União ou com o Município, fiscalizará a aplicação das normas desta Lei.

Parágrafo único. Nas áreas urbanas, referidas no art. 2º do Código Florestal Brasileiro, a fiscalização é da competência dos municípios, atuando a União e a autoridade florestal do Estado supletivamente.

Art. 61. A aplicação dessa Lei e demais disposições legais de proteção e conservação dos recursos naturais poderá ser realizada pelo proprietário rural ou funcionários devidamente qualificados, dentro dos limites da propriedade rural.

Parágrafo único. As autoridades florestal e policial deverão prestar toda a assistência para a aplicação deste artigo bem como aplicar as penalidades cabíveis ao infrator.

Art. 62. Não serão transcritos ou averbados no registro geral de imóveis os atos de transmissão "inter-vivos" ou

"causa-mortis", bem como a constituição de ônus reais sobre imóveis da zona rural, sem apresentação de certidão negativa de dívidas previstas nesta Lei ou no Código Florestal Brasileiro, por decisão transitada em julgado.

Parágrafo único. Na alienação de imóvel rural que desmembre a propriedade de seu registro atual, em áreas com cobertura florestal a qualquer título, a autoridade florestal ou profissional devidamente qualificada e habilitada deverá verificar a manutenção da reserva legal ou sua relocação adequada.

Art. 63. Nas propriedades onde não exista a área de reserva legal prevista no art. 7º, cabe à autoridade florestal estimular sua recomposição, preferencialmente nas áreas degradadas ou de vocação florestal.

Parágrafo único. Nas regiões onde não existam áreas de vocação florestal, a autoridade florestal poderá adotar sistemática de reservas coletivas, públicas ou privadas, a nível de microbacias ou região, para gerar tecido florestal mínimo através de sistemática específica estabelecida pela autoridade florestal.

Art. 64. Todos os processos solicitados à autoridade florestal deverão ser respondidos no prazo máximo de 60 dias a contar do seu protocolo, sob pena de responsabilidade salvo informações técnicas adicionais solicitadas formalmente pela autoridade florestal ao interessado que interromperá a contagem de tempo para resposta.

Parágrafo único. O indeferimento de qualquer processo deverá ser acompanhado de laudo técnico, justificando de forma clara e compreensível a nível de produtor rural as razões técnicas ou legais do indeferimento, assinado por profissional devidamente habilitado e qualificado, sob pena de responsabilidade.

Art. 65. A aplicação concorrente das normas desta Lei às da legislação federal deverá ser feita preferencialmente em conjunto com o mesmo processo ou projeto.

§ 1º. A autoridade florestal, no prazo de cento e vinte (120) dias após a promulgação desta Lei, baixará as normas de análise e trâmite conjuntos com o Governo Federal, previstas neste artigo.

§ 2º. Na impossibilidade da aplicação conjunta prevista neste artigo, a autoridade florestal poderá solicitar processo complementar específico, neste caso, apenas das informações, documentos e levantamentos técnicos previstos nesta legislação e não contemplados no processo junto ao Governo Federal, evitando duplicidade e custos desnecessários.

Art. 66. O não-cumprimento das disposições desta Lei, salvo disposição específica, além das penalidades previstas na Legislação Federal, implicará a aplicação pela autoridade florestal, ou entidade e municípios conveniados de:

- I - notificação de infração quando o infrator for primário, acompanhado de informações técnicas necessárias e orientação;
- II - multa de 5% a 100% do valor do produto ou para reincidentes de acordo com a gravidade do ato a critério da autoridade florestal;
- III - interdição da atividade para sua regularização quando em área possível de utilização e recomposição ou recuperação nas áreas de preservação permanente.

Art. 67. As ações ou emissões contrárias às disposições desta Lei na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (Art. 302, XI, alínea b, do Código do Processo Civil).

Art. 68. Aplicam-se às contravenções previstas neste código as regras gerais do Código Penal e da Lei de Contravenções Penais, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso.

Art. 69. O Poder Executivo deverá manter estrutura e recursos necessários para o cumprimento desta Lei, através de autoridade florestal específica, que deverá ainda exercer as funções de controle, fomento a extensão, dando prioridades aos aspectos de:

- I - manutenção e implantação de sistema estadual de unidades de conservação;
- II - conservação do potencial genético e diversidade biológica das florestas nativas remanescentes;
- III - estímulo à produção e desenvolvimento florestal regional;

IV - apoio às indústrias e empresas florestais preferencialmente com reservas localizadas no Estado;

V - recuperação e manutenção das áreas de preservação permanente;

VI - apoio aos municípios para estruturação dos seus sistemas florestais descentralizados.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. As áreas naturais protegidas em função de legislação anterior deverão ser reclassificadas, no todo ou em parte, dentro das determinações desta Lei e referendadas pelo CEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, no prazo de 1 (um) ano a partir de sua promulgação, integrando-se ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Parágrafo único. Este dispositivo também se aplica às áreas denominadas reservas florestais, não mencionadas no Código Florestal vigente.

Art. 71. O Poder Executivo do Estado deverá prever no seu orçamento, até no máximo do ano de 1998, recursos necessários para a efetiva criação, desapropriação e implantação do Parque Estadual das Araucárias, com área mínima de cobertura florestal original de 1000 hectares visando a preservação deste Ecossistema e do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), de acordo com o art. 20 das disposições transitórias da Constituição Estadual.

Art. 72. A autoridade florestal no Estado, prevista nesta Lei, será o Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou seu sucedâneo definido em lei.

Art. 73. Esta lei aplica-se de forma concorrente a todas as disposições do Código Florestal Brasileiro e legislação federal pertinente.

Art. 74. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 11 de janeiro de 1995.

Jaime Lemer
Governador do Estado

Hitoshi Nakamura
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

Lei 13448 - 11 de Janeiro de 2002

Publicado no Diário Oficial nº. 6148 de 14 de Janeiro de 2002

Súmula: Dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Para os efeitos desta lei, denomina-se Auditoria Ambiental Compulsória a realização de avaliações e estudos destinados a verificar:

- I - o cumprimento das Normas Legais Ambientais em vigor;
- II - os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;
- III - as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;
- IV - as medidas necessárias para assegurar a proteção do meio ambiente, da saúde humana e minimizar impactos negativos e recuperar o meio ambiente;
- V - a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente;
- VI - os fatores de risco advindos das atividades potencialmente e efetivamente poluidoras.

Art. 2º. As auditorias ambientais compulsórias serão realizadas às custas da pessoa jurídica pública ou privada objetivo de auditoria e com equipe de sua livre escolha, de comprovada habilitação e competência na atividade a ser auditada.

§ 1º. Sempre que julgar necessário, o Órgão estadual de meio ambiente, poderá determinar que as auditorias ambientais sejam conduzidas por equipes técnicas independentes do auditado.

§ 2º. Quando as auditorias ambientais forem realizadas por equipes do próprio auditado, pertencentes ao seu quadro funcional, esta não poderá ser composta por técnicos responsáveis pela operação da empresa.

Art. 3º. A responsabilidade técnica pela auditoria ambiental compulsória caberá a profissional de nível superior, devidamente habilitado e credenciado pelo órgão de fiscalização profissional.

§ 1º. Os auditores ambientais, quer pessoas físicas ou jurídicas, deverão ser cadastrados previamente no Órgão Estadual do Meio Ambiente.

§ 2º. O Órgão Estadual de Meio Ambiente estabelecerá normas de procedimentos contendo critérios a serem seguidos para fins de cadastramento dos auditores ambientais domésticos.

§ 3º. A omissão, sonegação ou falsidade de informações, pelos auditores ambientais, devidamente apuradas, descredenciarão os mesmos para realização de novas auditorias ambientais, sendo o fato comunicado aos respectivos órgãos de fiscalização profissional e à Procuradoria Geral da Justiça.

§ 4º. Os agentes públicos dos órgãos ambientais do Estado do Paraná, não poderão ser cadastrados para realização de auditorias ambientais compulsórias no Estado do Paraná.

Art. 4º. Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais compulsórias periódicas, com o intervalo máximo de 04 (quatro) anos, as pessoas jurídicas públicas ou privadas com atividades de elevado potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, tais como:

- I - refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e seus derivados;
- II - instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;
- III - instalações de processamento e/ou de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- IV - unidades de geração e transmissão de energia elétrica;
- V - instalações de tratamento e disposição final de esgotos domésticos;
- VI - indústrias petroquímicas e siderúrgicas;

- VII - indústrias químicas e metalúrgicas;
- VIII - instalações portuárias;
- IX - atividades de extração e beneficiamento mineral;
- X - instalações de processamento, recuperação e destinação final de lixo urbano;
- XI - indústrias de papel e celulose;
- XII - gasodutos;
- XIII - usinas de álcool;
- XIV - instalações de processamento e produção de carvão vegetal;
- XV - indústrias de produção de cimento;
- XVI - indústrias de tratamento de superfície;
- XVII - atividades agrícolas com uso intensivo de agrotóxicos;
- XVIII - empresas do setor madeireiro;
- XIX - empresas de extração de areia;
- XX - instalações de processamento e destinação final de lixo hospitalar;
- XXI - curtumes.

§ 1º. Poderão ser dispensados da realização de auditorias ambientais compulsórias periódicas, os empreendimentos de pequeno porte ou de reduzido potencial poluidor ou degradador do meio ambiente.

§ 2º. A critério do órgão estadual de meio ambiente são também passíveis de auditorias ambientais compulsórias as atividades públicas ou privadas, que a qualquer tempo gerem ou venham a gerar impactos ou riscos ambientais relevantes.

Art. 5º. Constatadas infrações ambientais, poderão ser realizadas auditorias ambientais compulsórias ocasionais sobre os aspectos às mesmas relacionados independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 6º. As diretrizes para realização de auditorias ambientais compulsórias deverão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos:

- I - cumprimento das normas legais relativas à Legislação Ambiental;
- II - cumprimento das condições estabelecidas nas licenças ambientais e no estudo prévio de impacto ambiental, quando houver, bem como as exigências feitas pelas autoridades competentes em matérias ambientais;
- III - dinâmica dos processos operacionais do empreendimento, com o manejo de seus produtos parciais, finais e dos resíduos operacionais;
- IV - impacto sobre o meio ambiente, provocado pelas atividades operacionais;
- V - avaliação dos riscos de acidentes e dos planos de contingências, para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessário;
- VI - avaliação de alternativas tecnológicas disponíveis, de processos, sistemas e tratamento e monitoramento, para a redução dos níveis de emissão de poluentes;
- VII - avaliação dos efeitos dos poluentes sobre os trabalhadores e população lindeira.

Art. 7º. Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais compulsórias serão acessíveis a consulta pública, preservado o sigilo industrial.

§ 1º. Após a entrega do Relatório Final ao órgão estadual de meio ambiente, a pessoa jurídica ou privada auditada deverá publicar um Edital de comunicação, em periódico de grande circulação, e no Diário Oficial do Estado do Paraná, sob o título de "Auditoria Ambiental Compulsória", com informação sobre o local, o horário e prazo, este de, no mínimo 30 (trinta) dias, em que os documentos poderão ser consultados.

§ 2º. A manifestação sobre os documentos relacionados as auditorias ambientais, inclusive o Relatório Final, poderão ser apresentados no prazo de 15 (quinze) dias a partir do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, em documento escrito que será levado em consideração pelo órgão estadual de meio ambiente, quando da análise do processo de auditoria ambiental da empresa auditada.

Art. 8º. O plano de correção das não conformidades contendo as medidas de correção necessárias, a serem implementadas pela pessoa jurídica pública ou privada auditada, bem como os respectivos prazos de implementação, deverá ser analisado, aprovado e fiscalizado, pelo órgão estadual de meio ambiente.

Parágrafo único. No plano de correção das não conformidades identificadas deverão constar, entre outras, as seguintes informações:

- a) justificativa para cada uma das soluções apresentadas;
- b) o Cronograma Físico de implantação das medidas corretivas necessárias.

Art. 9º. A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efetivamente ou potencial poluidoras ou causadoras da degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor, bem como de qualquer ação fiscalizadora, ou das obrigações de controle ambiental das atividades.

Art. 10. A renovação da licença ambiental ficará condicionada a apresentação do último relatório final de auditoria ambiental, na periodicidade estabelecida, bem como o cumprimento das medidas necessárias conforme cronograma aprovado.

Parágrafo único. O não atendimento implicará no impedimento da renovação da licença além da sujeição às sanções previstas em lei.

Art. 11. A não realização da auditoria ambiental compulsória estabelecida, nos termos desta lei, a não publicação do Edital de Comunicação, bem como, a não implementação do Plano de Correção das não conformidades identificadas, segundo o cronograma aprovado, sujeitarão os transgressores as seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente:

- I - multa, de acordo com os valores a serem estabelecidos, em regulamento, pelo Poder Executivo;
- II - não renovação da licença ambiental;
- III - interdição parcial ou total da atividade.

Parágrafo único. A reincidência implicará na cassação da licença ambiental.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 11 de janeiro de 2002.

Jaime Lemer
Governador do Estado

José Antonio Andreghetto
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 114/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 11 AGO. 2014

1º Secretário

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2014.

ART.1º.- Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de março de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2014.

DEPUTADO DUBAIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator

Dep. Aníbal Kfury
Dep. Ricardo

Dep. Lupion

Dep. Aníbal Kfury
Dep. Alexandre



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 048/2014-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de março de 2014; regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria em epígrafe, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 15 de julho de 2014

DEPUTADO DULCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator

Dep. Luperon

Dep. Peticles

Dep. Anibal Kfury

Dep. Alexandre

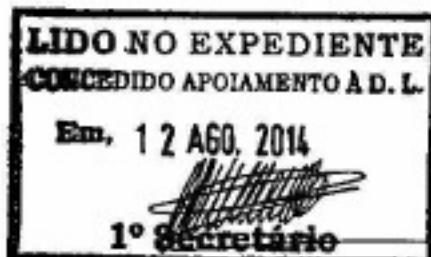
Dep. Quinteiro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Projeto de Resolução nº 15/2014



Aprovação do Relatório Final da Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União.

Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União, constituída pelo Ato do Presidente nº 5, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 661, de 2 de junho de 2014, conforme Requerimento de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, apresentado em Plenário sob protocolo nº 2557 DAP, em 20 de maio de 2014, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2014.

Deputado Wilson Quinteiro
Presidente da Comissão

Deputado Luiz Claudio Romanelli
Relator da Comissão



JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo elaborar documento com vistas a subsidiar o desenvolvimento do Estado do Paraná, no que tange aos investimentos necessários nas áreas de logística, infraestrutura, ensino superior, duplicação de rodovias e os novos desafios a serem enfrentados.

A referida Comissão Especial foi proposta por Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, sob protocolo nº 2557 DAP, em 20 de maio de 2014, e constituída pelo Ato do Presidente nº 5, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 661, de 2 de junho de 2014.

Foram realizadas duas audiência públicas que contaram com expressiva participação da sociedade organizada. Nessas audiências os Deputados receberam documentos que serviram de base para a elaboração da Agenda Paraná 2014.



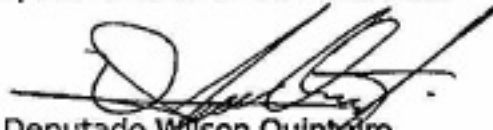
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

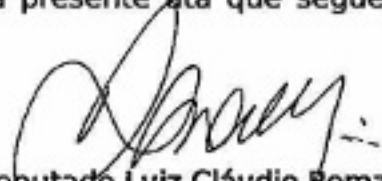
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

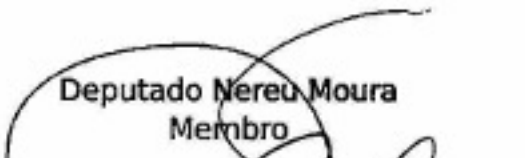


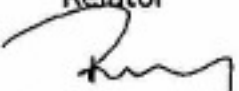
Ata da Reunião da Comissão Especial – Agenda Paraná (Ato do Presidente nº 5/2014)

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 14h00min, na Sala de Reuniões da Diretoria Legislativa, reuniu-se a Comissão Especial Agenda Paraná – Relações do Estado com a União, com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento estadual em relação aos investimentos em logística, infraestrutura, ensino superior e novos desafios. Verificada a presença de quórum necessário, sob a proteção de Deus, o Presidente, Deputado Wilson Quinteiro, declarou aberta a reunião, tendo inicialmente informado aos presentes que a pauta da reunião seria a discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Em seguida, o Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Relator da Comissão, apresentou o Relatório Final à Comissão, manifestando-se favoravelmente a sua aprovação. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Relatório Final, tendo sido aprovado por unanimidade, sem ressalvas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a todos Deputados presentes, em especial à Doutora Lucília Felicidade Dias, à Doutora Solange Cordeiro Faria, à advogada Taís Serafim S. das Costa e à servidora Miriam Ribeiro Percinoto e aos demais servidores e encerrou a presente reunião, determinando a lavratura da presente ata que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.


Deputado Wilson Quinteiro
Presidente



Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Relator


Deputado Nereu Moura
Membro

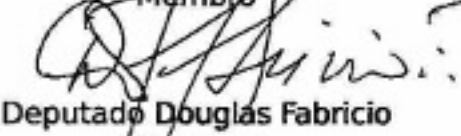

Deputada Rose "Lito"
Membro


Deputado Elio Rusch
Membro

Deputado Elton Welter
Membro


Deputado Fernando Scanavaca
Membro

Deputado Adelino Ribeiro
Membro


Deputado Douglas Fabricio
Membro



RELATÓRIO FINAL
COMISSÃO ESPECIAL AGENDA PARANÁ 2014

"Quando um indivíduo é lesado nos seus direitos, deve-se perguntar a ele se os sustentará, se resistirá ao seu adversário e, por consequência, se ele lutará ou se, efetivamente, para escapar à luta, abandonará covardemente o seu direito."

Rudolf Von Iering

A Comissão Especial foi constituída pelo Ato do Presidente nº 5, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 661, de 2 de junho de 2014, conforme Requerimento de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, apresentado em Plenário sob protocolo nº 2557 DAP, em 20 de maio de 2014.

Ficou assim constituída a Comissão Especial:

. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), titular e Alexandre Curi (PMDB), suplente;

. Nereu Moura (PMDB), titular e Jonas Guimarães (PMDB), suplente;

. Rose "Litro" (PSDB), titular e Cantora Mara Lima (PSDB), suplente;

. Élio Rusch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente;

. Elton Welter (PT), titular e Enio Verri (PT), suplente;

. Fernando Scanavaca (PDT), titular e Nelson Luersen (PDT), suplente;

. Wilson Quinteiro (PSB), titular e Paranhos (PSC), suplente;

. Adelino Ribeiro (PSL), titular e Duílio Genari (PP), suplente;

. Douglas Fabrício (PPS), titular e Tercílio Turini (PPS), suplente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial para elaboração da Agenda Paraná 2014



Instalada a Comissão no dia 4 de junho de 2014, na sala de Reuniões da Presidência, foram eleitos Presidente o Deputado Wilson Quinteiro e Relator o Deputado Luiz Cláudio Romanelli. A Ata de instalação foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 663, de 4 de junho de 2014.

Também na data da instalação da Comissão Especial, o Presidente, Deputado Wilson Quinteiro, expediu ofício ao Presidente da Assembleia solicitando a designação dos servidores Solange Cordeiro Faria, Maria Henrique da Silva, Tais Serafim S. da Costa e Miriam Ribeiro Percinoto, da Diretoria Legislativa e da Diretoria de Assistência ao Plenário, para assessorarem a Comissão Especial.

A criação da Comissão Especial com a proposta de elaboração da Agenda Paraná surge da necessidade de construir agenda propositiva, com as principais reivindicações e desafios do Paraná na sua relação com a União, com a participação dos Poderes constituídos, dos Municípios, da Academia, das Entidades representativas da Sociedade Civil Organizada, dos Trabalhadores e do setor produtivo.

O Paraná é a quinta economia do País, o sexto Estado da federação em população e o terceiro maior gerador de empregos com carteira assinada, o maior produtor de grãos do país. O Paraná apresentou crescimento do Produto Interno Bruto – PIB acima da média nacional. Contudo, há descompasso entre o que é arrecadado no Estado e o retorno recebido em investimentos do Governo Federal.



CONTRIBUIÇÃO X INVESTIMENTO

Confira o total de tributos federais que os estados pagaram, entre 2002 e 2013, e o investimento da União que receberam:

O Paraná contribui muito com impostos...

2002 a 2013 (R\$ bilhões)	Arrecadado	Investido
São Paulo	2.367,1	13,5
Rio de Janeiro	1.193,3	12,0
Distrito Federal	555,2	6,0
Paraná	271,2	6,4
Espírito Santo	102,2	2,7
Amazonas	73,2	3,9
Rio Grande do Sul	262,5	14,7
Santa Catarina	160,9	9,1
Minas Gerais	308,1	21,8
Pernambuco	83,9	10,0
Bahia	113,2	13,9
Ceará	57,5	9,1
Goiás	59,2	11,9
Maranhão	26,9	6,2
Sergipe	12,6	3,1
Rio Grande do Norte	16,7	4,1
Pará	30,3	8,0
Mato Grosso do Sul	18,4	5,1
Mato Grosso	24,1	6,8
Paraíba	16,7	4,9
Piauí	9,6	4,7
Rondônia	8,4	4,2
Alagoas	11,0	5,5
Amapá	3,1	2,0
Roraima	2,6	2,6
Tocantins	5,2	5,9
Acre	2,7	3,3

... mas recebe pouco em troca.

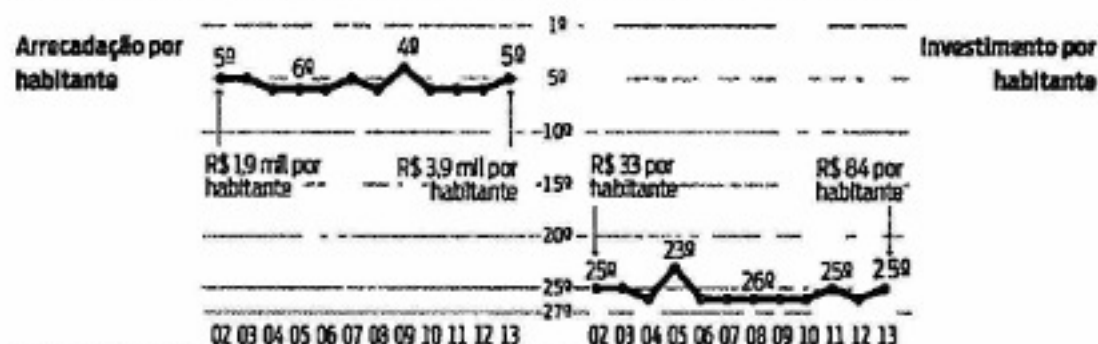
% do arrecadado que volta em investimento	
121,7	Acre
114,7	Tocantins
101,6	Roraima
63,5	Amapá
49,7	Alagoas
49,3	Rondônia
48,9	Piauí
29,1	Paraíba
28,3	Mato Grosso
27,6	Mato Grosso do Sul
26,4	Pará
24,7	Rio Grande do Norte
24,4	Sergipe
22,9	Maranhão
20,1	Goiás
15,8	Ceará
12,2	Bahia
11,9	Pernambuco
7,1	Minas Gerais
5,7	Santa Catarina
5,6	Rio Grande do Sul
5,4	Amazonas
2,7	Espírito Santo
2,3	Paraná
1,1	Distrito Federal
1,0	Rio de Janeiro
0,6	São Paulo

O Paraná contribuiu com R\$ 271 bilhões em tributos federais e recebeu 6,4 bilhões de investimento

2,2%
da arrecadação com o Paraná volta para o estado como investimento

Desempenho paranaense

Confira a performance do Paraná, ano a ano, no ranking de investimentos e de arrecadação:



Fonte: Siga Brasil e Receita Federal. Infografia: Gazeta do Povo.



Nesse contexto foi proposta a Comissão Especial da Agenda Paraná, cujos principais objetivos são:

- . análise da economia e dos projetos existentes no Estado e a elaboração de plano estratégico que contemple e potencialize as principais demandas existentes;
- . alinhamento e integração das propostas das diversas instituições envolvidas no desenvolvimento do Paraná;
- . conscientização e mobilização da sociedade paranaense quanto a importância da união em torno das grandes obras necessárias ao Estado;
- . estabelecimento de prioridades para direcionar as gestões do Paraná para o recebimento de investimentos do Governo Federal.

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente e o Relator, logo após a instalação da Comissão Especial, em 4 de junho de 2014, emitiram convites a diversas autoridades e órgãos da sociedade organizada para a realização da primeira audiência pública da Comissão, que foi realizada no dia 11 de junho de 2014, às 10h00, no Plenarinho da Assembleia Legislativa.

Os ofícios expedidos para a realização da primeira audiência pública constam do Anexo I deste Relatório. Os documentos recebidos na primeira audiência pública constam do Anexo II do Relatório.

A Ata da 1ª Audiência Pública foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 674, de 25 de junho de 2014.

O principal destaque dessa primeira Audiência Pública foi a discussão em torno da arrecadação do Estado do Paraná, tendo como contraponto os recursos que são revertidos pela União em benefício dos paranaenses.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial para elaboração da Agenda Paraná 2014



Os pronunciamentos da primeira audiência tiveram início com o Relator, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que falou destacando os dados socioeconômicos do Paraná: a quinta economia do País, o sexto Estado da Federação em população e o terceiro maior gerador de empregos com carteira assinada, tendo crescimento do PIB acima da média nacional. O Paraná é o Estado com maior produção de grãos do Brasil, além de recordista na produção de energia hidrelétrica gerada na Usina de Itaipu.

O relator apresentou alguns dados extraídos do Portal da Transparência do Governo Federal, relativos ao exercício de 2013, conforme tabela abaixo, onde se observa que o Paraná está entre os onze Estados pagadores de tributos federais e entre os que menos recebem da União.

Estado	Pagou	Recebeu	Resultado
Acre	385.309.711,57	2.399.341.298,95	2.014.031.585,38
Alagoas	1.598.183.597,17	5.538.263.353,60	3.938.079.756,43
Amapá	461.889.797,12	2.209.461.445,34	1.747.571.648,22
Amazonas	8.958.752.913,25	4.338.805.414,75	4.621.947.498,50
Bahia	13.890.399.932,92	18.229.959.554,69	4.339.559.621,77
Ceará	8.152.272.785,63	11.281.711.762,02	3.129.438.976,39
Distrito Federal	71.711.052.932,84	8.839.381.964,07	62.871.670.968,57
Espírito Santo	14.269.217.683,04	4.938.898.241,29	9.330.319.441,75
Goiás	8.496.877.993,69	5.482.482.488,54	3.004.195.525,15
Maranhão	4.379.150.627,27	10.559.817.998,10	6.180.667.368,83
Mato Grosso	3.579.880.851,78	3.357.062.992,28	222.817.859,50
Mato Grosso do Sul	2.688.914.690,85	2.843.314.615,07	156.399.924,22
Minas Gerais	38.382.634.889,51	17.684.416.475,92	20.698.218.213,59
Pará	4.291.894.188,56	10.282.611.440,79	5.990.717.252,23
Paraíba	2.547.192.915,57	8.328.762.394,20	5.781.569.479,63
Paraná	38.497.788.589,13	9.073.318.962,73	29.424.469.626,40
Pernambuco	12.668.823.095,69	11.354.303.131,42	1.314.519.964,27
Piauí	1.417.238.681,61	5.641.640.496,03	4.224.401.814,42
Rio de Janeiro	141.990.394.138,32	18.459.487.985,95	123.530.926.152,37
Rio Grande do Norte	2.478.513.151,77	5.228.748.718,83	2.750.235.586,86
Rio Grande do Sul	32.305.919.845,87	8.684.068.060,53	23.621.851.795,14
Rondônia	1.271.518.610,65	2.443.778.704,23	1.172.260.093,58
Roraima	418.393.818,42	1.693.865.334,85	1.275.471.516,43
Santa Catarina	23.426.780.065,57	4.988.372.585,60	18.438.407.499,97
São Paulo	285.787.514.789,33	23.619.534.748,10	262.167.980.043,23
Sergipe	1.872.268.285,95	4.093.576.610,03	2.221.308.324,08
Tocantins	743.842.163,10	3.618.278.808,70	2.874.636.645,60

Fontes: Portal Transparência Governo Federal
Sistema DNIArrecadação
Receita da Fazenda Federal



A União deveria utilizar os meios de planejamento postos pela legislação nacional, o PPA, a LDO e a LOAS, para conferir efetividade ao desenvolvimento regional, de forma a se corrigir os desequilíbrios, contudo, sem desconsiderar um ente federado, como tem sido feito historicamente em relação ao Paraná.

“...o orçamento não pode ser entendido como um fim em si mesmo, mas como instrumento de progresso de uma nação. Sua função é equilibrar a economia nacional. Sua tarefa é afastar as inflações e deflações, mantendo sempre estável a economia, de sorte que os investimentos absorvam toda a poupança, sem excedê-la nem ficarem abaixo dela. O pensamento atual exige a ‘humanização’ do orçamento.” (BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 16 ed. Ver. E atualização por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p.422)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli destacou a grande questão que representa o custeio do ensino superior no Estado do Paraná, considerando que o Estado está aplicando recursos em setor cuja previsão constitucional de manutenção é da União, mantendo 95 mil alunos nas Universidades Estaduais.

Destacou que o Paraná assumiu grande parte do ensino superior e estadualizou rodovias federais com a implantação do pedágio as custas do contribuinte paranaense. Ocorre que os recursos são aplicados em setores que caberiam à União financiar. Com essa situação, o Estado não consegue investir na necessária infraestrutura para o seu crescimento e desenvolvimento.

Enfatizou que o rol de problemas em discussão não é fechado e necessita de amplo debate.



Enumerou, também, as questões das ferrovias e dos portos paranaenses e a criação do Tribunal Federal do Paraná entre outros temas de relevância.

Dando sequência aos pronunciamentos, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, senhor João Carlos Gomes, apresentou aos participantes da audiência pública as dificuldades do ensino superior no Estado, que tem 95 mil alunos matriculados, sendo 90 mil no interior.

Enfatizou que São Paulo tem 40 milhões de habitantes e 160 mil alunos, enquanto o Paraná - com 11 milhões de habitantes - tem 95 mil alunos cujas instituições de ensino superior são custeadas pelo Estado.

Atualmente o Paraná faz a sua parte, pois tem entre 60% e 65% dos alunos matriculados no setor público, só nas universidades estaduais, e 55% em pós-graduação.

Informou que há proposta nacional, através da Associação de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais Brasileiras, apresentada em audiência pública em Brasília, para que a União inclua no orçamento recursos para custeio e investimento nas Universidades Estaduais, recompensando o Estado pelos investimentos no ensino superior.

Com a aplicação de recursos da União nas Universidades Estaduais seria possível ampliar a prestação de serviços à comunidade, com investimentos e custeio das instituições de ensino superior estaduais.



Na sequência, usou a palavra o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, senhor Cássio Taniguchi, que expôs aos presentes questões de interesse do Paraná e indicou soluções para fomentar o desenvolvimento local.

O Secretário enfatizou a necessidade do Governo Federal investir na implantação e execução de novas rodovias no Paraná, a BR-153, a Boiadeira, a Transbrasiliana, além de outros projetos de fundamental importância estrutural.

Lembrou que as concessões de rodovias federais no Estado importaram em economia para o Governo Federal e que este não reverteu essa economia em obras de infraestrutura.

Aduziu que a expansão do Porto de Paranaguá é fundamental para o crescimento do Estado, representando ponto de estrangulamento da economia.

Elencou, na sequência, os problemas que o Estado tem com os empréstimos do Governo Federal, cuja atuação vem dificultando o desenvolvimento de obras estruturais.

Na continuidade, usou a palavra o senhor João Arthur Mohr, Chefe de Gabinete da Federação das Indústrias do Paraná – Fiep, que fez exposição de material áudio visual do Fórum Permanente Futuro 10 Paraná. Dividiu a apresentação falando de portos, ferrovias, aeroportos, rodovias e dutovias. Explicou que o Fórum Permanente Futuro 10 Paraná é suprapartidário e representa a junção de dezesseis entidades que buscam visão de Estado.



Destacou que o crescimento do Paraná passa pela ampliação do Porto de Paranaguá e a alteração da poligonal, cuja atual linha imaginária impede investimentos naquela região.

Sua apresentação foi dividida nos temas portos, ferrovias, aeroportos, rodovias, dutovias, que englobam a questão do gás natural, e a mobilidade urbana.

Enfatizou que a gestão de aplicação de recursos no Estado junto à União deve ser pleito único e comum, para que se possa ganhar força política.

Após, manifestou-se o senhor Nelson Ramos de Mello Junior, representante da Sanepar, destacando a necessidade de crescimento dos investimentos em abastecimento de água e saneamento.

Destacou também a necessidade de desoneração do PIS e da Cofins para o setor de saneamento, com o incentivo nos investimentos para a população de baixa renda e na geração de tarifa diferencia para essa faixa populacional.

O Governo Federal precisa investir no Programa de Saneamento para Comunidades Rurais, bem como no financiamento de caixas d'água e instalações sanitárias para famílias de baixa renda.

Usou a palavra, também, o senhor José Carlos Castilho, representando a Fetaep, que protocolizou documento com as sugestões da entidade para contribuir com a formação da Agenda Paraná 2014 e enfatizou que a instituição já entregara esse documento ao Governo do Paraná.



Fizeram uso da palavra, ainda, as senhoras Alzenir de Fátima Sizanowski, representando a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e Tisa Kastrup, representando o Deputado Élio Rusch, membro da Comissão Especial.

A representante da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social destacou o trabalho daquele órgão prestado às famílias em situação de vulnerabilidade social e risco. Enfatizou, ainda, o trabalho interssetorial exigido na implementação dos programas afetos a essa Secretaria.

Ao final da primeira audiência pública, após a manifestação do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Relator da Comissão Especial, que agradeceu a presença de todos e a colaboração com os trabalhos da Comissão, o Presidente, Deputado Wilson Quinteiro, expediu Convocação para a Segunda Audiência Pública, para o dia 25 de junho de 2014, às 10h00, na Sala das Comissões.

SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os Ofícios expedidos para a realização da segunda audiência pública constam do Anexo III deste Relatório Final. Os documentos recebidos na segunda audiência pública, realizada em 25 de junho de 2014, às 10h00, na sala das Comissões, figuram no Anexo IV do Relatório Final.

A Ata da Segunda Audiência Pública foi publicada no Diário da Assembleia nº 687, de 14 de julho de 2014.

A Audiência Pública foi presidida pelo Deputado Wilson Quinteiro, com a participação do Relator, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, e do membro da Comissão, Deputado Douglas Fabrício.



O Deputado Luiz Claudio Romanelli iniciou sua exposição retomando as principais temáticas da primeira audiência e alertando para a necessidade de o Governo Federal assumir o financiamento do ensino superior nas universidades estaduais do Paraná, que contam com mais de 95 mil alunos matriculados. Fez um paralelo com o Estado do Rio Grande do Sul, que tem 2.500 alunos em universidades estaduais, destacando o quanto o Estado do Paraná aplica do respectivo orçamento em área cuja competência constitucional é da União.

O relator pontuou que o Paraná, durante décadas, investiu na estruturação do setor elétrico por meio da construção de usinas hidrelétricas para que se pudesse ter um diferencial na geração de energia abundante e de baixo custo. Com a mudança de regras no setor elétrico, além do Estado não dispor da própria energia gerada, é obrigado a vendê-la em contratos de longo prazo e, paradoxalmente, quando ocorre crise como a que o país atravessa atualmente, é obrigado a comprar energia de alto custo, a exemplo da gerada por termelétricas. Destacou, também, a limitação do uso do gás natural que inviabiliza o desenvolvimento de muitas empresas.

Afirmou que a Agenda Paraná não é ponto de chegada, mas um ponto de partida para a articulação da sociedade paranaense e que se trata de processo de conscientização para a união e articulação do Paraná à frente da gestão de recursos por parte do Governo Federal.

Na sequência se pronunciou o Deputado Douglas Fabrício, membro da Comissão Especial para a elaboração da Agenda Paraná 2014.

Enalteceu a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes e, na sequência, citou o problema das rodovias federais que cortam o Estado do Paraná e o custo do pedagiamento dessas vias para o desenvolvimento do Estado.



Alertou que a grande beneficiada com o pedaglamento foi a União, desvencilhando-se de competência que lhe cabia.

O Deputado Federal Reinhold Stephanes, a convite da Comissão, compareceu à audiência e fez uso da palavra, colocando sua experiência em favor da elaboração da Agenda Paraná 2014, bem como enfatizando a necessidade de união e constante articulação para que esse não seja mais um documento, com descritivo de projetos, que permaneça no papel.

O Deputado lamentou que tantos projetos fundamentais para o Estado do Paraná fiquem parados e que, muitas vezes, poucas pessoas têm a consciência de como operacionalizar o sistema público para beneficiar efetivamente a sociedade.

Disse, ainda, que o Paraná tem duas questões fundamentais e estratégicas: o Porto de Paranaguá e o Porto de Pontal.

Segundo ele, o Porto de Pontal tem o melhor potencial para futuro porto existente no Brasil. Contudo, em razão da necessidade de se redefinir a poligonal, a obra não acontece. Fica tudo perdido na burocracia do Governo Federal.

Destacou também a rapidez que os Deputados e demais políticos de outras unidades da federação conseguem unidade, enquanto o Paraná não avança nessas questões. Ressaltou a falta de unidade e articulação política.



Na continuidade, usou a palavra o Reitor Aldo Nelson Bona, Presidente da Associação Paranaense de Reitores, representando a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que falou sobre a luta do Paraná para conseguir investimentos da União nas universidades estaduais. Na oportunidade, fez a entrega à Comissão Especial Agenda Paraná da Carta de Campos do Jordão, através da qual a Associação Paranaense de Reitores gestiona apoio para conseguir os referidos investimentos.

Enalteceu a riqueza que representa para o Estado possuir as universidades estaduais no respectivo patrimônio, mas ressaltou a importância da União respeitar o pacto federativo e assumir a responsabilidade de financiamento do ensino superior local.

Explicou que a solicitação feita pela Associação dos Reitores ao Governo Federal apresenta um conjunto de estudos e anteprojeto de lei por meio do qual o Governo Federal assume o compromisso de repassar às universidades estaduais R\$2 mil aluno/ano matriculado no ensino presencial, o que daria, no caso do Paraná, 100 mil alunos vezes R\$ 2 mil aluno/ano para o custeio das universidades estaduais. O então Ministro Aloízio Mercadante não aceitou a proposta, tomando por parâmetro o Estado de São Paulo e a USP.

Ao final enfatizou que a Associação constituiu grupo de trabalho que procura solucionar esse impasse impeditivo do crescimento das universidades estaduais.

Logo após usou a palavra o Dr. Renê dos Santos, representante da Secretaria de Estado da Saúde, que destacou os avanços conquistados na área de saúde pela Secretaria através da realização de planejamento estratégico e ponderou sobre a necessidade da criação de índices mínimos de aplicação de recursos na saúde pelo Governo Federal.



O principal objetivo da Secretaria de Estado da Saúde é reduzir as instâncias e o tempo de resposta de atendimento às necessidades de atenção à saúde do cidadão. A estratégia para atingir esses objetivos é levar para mais perto o atendimento às pessoas, nas suas regiões, formando redes de atenção à saúde.

Disse que Estados e Municípios são obrigados a aplicar recursos orçamentários na saúde, pois a União não dispõe de reservas obrigatórias para essa área, deixando-os sem política nacional, especialmente para o financiamento de hospitais com menos de cinquenta leitos.

Lamentou que, há dez anos, os valores repassados pela União são os mesmos dispostos na Portaria Federal de 2004. Ainda assim, o Paraná é o único Estado que possui o Hospsus e vem aportando recursos do Orçamento nessa rede de atendimento.

É necessário que o Governo Federal aporte recursos nas 22 (vinte e duas) regionais de saúde do Estado, vez que só há realização de aporte nas regiões metropolitanas de Curitiba e recentemente de Londrina.

Destacou a falta de política nacional para a saúde, explicando que o Paraná é um dos poucos Estados que criou política de financiamento de custeio de vigilância e saúde, que é o VigiaSUS.

Outro grande equívoco do Governo Federal é que, através do Programa Mais Médicos, só está financiando a criação de mais vagas no curso de Medicina nas universidades federais e nas universidades particulares, deixando as universidades estaduais sem investimentos nessa área. O Prouni poderia financiar mais vagas e isso não acontece nas universidades estaduais.



Na sequência, fez sua exposição a senhora Fabiana Campos, Diretora de Educação e Trabalho da Secretaria de Estado da Educação.

Salientou que a Secretaria de Estado da Educação vem focando na educação profissionalizante, proporcionando à população paranaense, por meio da rede de parceiros, a qualificação em nível de ensino médio, pós-médio e cursos de extensão e apresentou como prioridade os cursos de formação de docentes, considerando a diretriz do Ministério da Educação e da Cultura que até 2015 os professores que atuam na educação infantil precisarão ter o curso de Pedagogia.

O Paraná é diferenciado do restante do país, atendendo 187 (cento e oitenta e sete) municípios, que representam 46% do Estado, com 55 (cinquenta e cinco) cursos em doze grandes eixos de atuação.

Considerando as parcerias com Senac, Senai, Senat, Senar e o Instituto Federal do Paraná, são atendidos mais 136 (cento e trinta e seis) municípios, abrangendo 34% do Estado, com oferta de mais de duzentos cursos.

A rede própria do Estado mais as parcerias atingem 80.2% do Estado com algum curso de qualificação profissional. São atendidos 95.3% dos habitantes com a referida rede de cursos profissionalizantes.

A Secretaria de Estado de Educação já apresentou projetos e necessita dos recursos do Programa Brasil Profissionalizado.

Solicitou também a inclusão na agenda Paraná da liberação de recursos do FNDE para acervo bibliográfico e laboratórios, conforme solicitação já feita pelo Estado.



A construção de centro profissionalizante em Curitiba não pode ser inserida no pedido ao MEC porque o município, que tem a maior demanda de alunos e a menor oferta de vagas, não disponibilizou terreno para esse fim. Esse programa é parceria de Município, Estado e União e o processo se inicia com a disponibilização de terreno. Curitiba tem um único CEEP.

A Secretaria da Educação necessita de reforço nos repasses do Pronatec, vez que o Estado ficou bastante prejudicado com a diminuição desses valores. Depois de São Paulo, o Paraná é aquele que mais oferece cursos na rede integrada, sendo necessário que o MEC libere recursos tanto para a rede integrada quanto para o Pronatec.

Destacou, ainda, que o Pronatec é calculado com base na RAIS e no Caged, contudo, inexistente acesso a todas as informações desses registros. A Secretaria de Educação planeja estruturar um *business* inteligente da educação profissional, visando subsidiar a tomada de decisão na oferta dos cursos mais necessários e em quais regiões do Estado.

Informou, ainda, que o site da Secretaria de Estado disponibiliza um catálogo de cursos ofertados para o conhecimento da sociedade.

Na sequência, fez seu pronunciamento a senhora Alzenir Fátima, representante da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, relembrando seu discurso da audiência pública anterior, quando destacou que a prioridade da Secretaria é trabalhar com famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Informou que o Sistema Único de Assistência Social foi instituído em 2005, na mesma lógica do sistema de saúde.



A Secretaria está apresentando Proposta de Emenda Constitucional para garantir percentual mínimo de aplicação de recursos na área social, inexistente na União, no Estado e no Município.

Outra proposta da Secretaria, é o cofinanciamento para todos os serviços tipificados no Plano Nacional de Assistência Social.

A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social também defende a ampliação do benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, visando garantir um salário mínimo por mês aos idosos que não podem prover a respectiva subsistência, reduzindo-se a idade de 65 (sessenta e cinco) para sessenta anos, excluindo-se do cálculo a renda *per capita* que as famílias recebem, em virtude de sua oscilação. Pondera, ainda, a necessidade da revisão dos critérios para permitir à pessoa com doenças degenerativas o acesso ao benefício.

Destacou, também, ser imperativo que a União amplie o investimento em unidades socioeducativas no Paraná. A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social entende ser necessário reconstruir a vida das meninas e meninos que ficam nas unidades socioeducativas, evitando a reincidência e permitindo que esses jovens voltem à sociedade com projetos de vida.

Na continuidade, fez uso da palavra o senhor José Maurino, Diretor do Departamento de Trabalho, Emprego de Economia Solidária, destacando que o Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, executa políticas públicas que, por força da Constituição, seriam obrigação da União.



A União divide essa responsabilidade com os Estados através de convênios e parcerias. O Paraná tem a segunda maior capilaridade de agências, representando 15% do total de agências do Sine do Brasil: são 220 (duzentas e vinte) agências, ou 223 (duzentas e vinte e três) considerando três municipalizadas.

Discute-se com propriedade que a União, a quem caberia investir nessa área, deixa cada vez mais os investimentos a cargo do Estado.

O Diretor José Maurino destacou que o então Secretário Luiz Claudio Romanelli, relator desta Comissão da Agenda Paraná, na Presidência do Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho - Fonset, iniciou movimento nacional para reestruturar essa lógica através da rede Sine.

A porta de entrada para o trabalhador deve ser a Agência do Trabalhador ou a Rede Sine no Brasil, onde possa buscar a habilitação ao seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra e a orientação profissional. Os recursos do seguro-desemprego aquecem a economia a curto prazo, mas a médio e longo prazo não agregam valor, pois o empregado deixa a inserção no mercado de trabalho para o período pós seguro. Ao procurar o seguro-desemprego, o empregado já é encaminhado à qualificação profissional.

Diante dos fatos incontestáveis, é urgente a reestruturação da Rede Sine no Brasil para que o Estado aproveite os recursos do seguro-desemprego na qualificação do empregado e permita a colocação deste no mercado de trabalho de forma segura e duradoura.



Apresentou a proposta para a criação do Sistema Único do Trabalho, definindo com precisão as responsabilidades da União, Estados e Municípios, a exemplo do que ocorre nos Sistemas de Saúde e de Assistência Social.

A Confederação Nacional do Trabalho dispõe que 3% dos recursos do FAT devem ficar reservados para a infraestrutura e custeio da Rede Sine no Brasil, pois quanto mais estruturada estiver, maior será o acesso do trabalhador à profissionalização, orientação profissional e microcréditos.

Na continuidade, fez uso da palavra o senhor Paulo Bueno Neto, Presidente da Associação de Moradores e Empresários do Bigorriho e Campina do Siqueira, destacando que a mesma luta do Paraná em relação ao Governo Federal, enfrenta a associação de bairro em relação ao Município.

Enfatizou que os Governos devem ultimar os projetos para fomentar o desenvolvimento, porque sem planejamento de longo prazo não há realizações. Lembrou que há cinco meses aguarda a resposta de um ofício encaminhado à Prefeitura de Curitiba, fato revoltante para o cidadão que honra pontualmente os impostos.

Enfatizou ser imperiosa a existência de máquinas administrativas enxutas e de planejamento nas ações que visem à implementação de políticas públicas com urgência.

Para finalizar, foi ouvido o senhor Tarciso Fialho, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, ponderando que o Paraná, por ser eminentemente agrícola, foca sua atuação na sustentabilidade.



Aproximadamente 40% do PIB do Estado vem da atividade do agronegócio, investimento que nem sempre retorna tendo em vista que a atividade depende muito de tempo e prazos. Enfim, os riscos são muitos e requer-se muito planejamento.

Cobrou investimentos do Governo Federal na sustentabilidade do agronegócio, bem como na sanidade, para melhorar a qualidade e a competitividades dos rebanhos.

Enfatizou que a logística e a infraestrutura também são problemas enfrentados pelo Estado e que restringem o seu crescimento na agricultura.

O baixo IDH de muitas cidades também impede o desenvolvimento do Estado, já que a União não vem investindo o suficiente para reverter essa situação. É necessário implemento em saneamento, abastecimento de água, poços artesianos, moradia, estradas vicinais, garantia de saúde no campo, transporte, enfim, desenvolvimento para o campo no Paraná.

Por fim, disse que o Paraná tem uma agricultura que necessita de alto qualitativo, pois é muito produtiva em comparação com os níveis do Brasil. Contudo, há muito a melhorar e a campanha Plante seu Futuro vem reforçar as qualidades da agricultura paranaense.

Na sequência, o Deputado Federal Reinhold Stephanes solicitou espaço para fazer nova intervenção e destacou que falta maior mobilização de forma organizada no Paraná. Quando da liberação de empréstimos ao Estado, foram reunidos vinte Deputados em Brasília para a reunião com o Secretário do Tesouro Nacional. A mobilização organizada deve ser uma constante e não uma exceção em tempos de crise.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial para elaboração da Agenda Paraná 2014



Ao final o Relator da Comissão Especial, Deputado Luiz Claudio Romanelli, concluiu os trabalhos reconhecendo a importância dos pronunciamentos para o aprofundamento dos debates.

Concordou com a intervenção do senhor Paulo Bueno Neto, de que o Estado segue o modelo Americano. Contudo, lá os primeiros cem dias servem para o governante demonstrar ao que veio, e aqui os primeiros cem dias são de moratória, completando a paralisação dos governos.

Agradeceu a presença de todos e destacou a importância da discussão da relação federativa, tirando o Paraná da letargia em relação a sua ação política.

Expôs a necessidade de inverter a lógica estabelecida que duplicou a BR-376, desenvolvendo Santa Catarina e as praias catarinenses, enquanto a mesma rodovia poderia ter sido duplicada, levando maior desenvolvimento ao interior do Paraná.

A BR-116 ainda tem 30 Km sem duplicação na Serra do Cafezal. Na campanha presidencial, Ulysses Guimarães já dissera que essa duplicação não saía para não desenvolver o Paraná.

Destacou que os candidatos que receberem a Agenda Paraná podem até esquecê-la em algum lugar, mas os paranaenses não. Deve o Paraná fazer sua reengenharia e lembrar a todos permanentemente que o desenvolvimento deste Estado depende de empenho.

Ao final o Deputado Wilson Quinteiro aduziu a existência do Escritório do Paraná, em Brasília, que deve promover maior interação com os Ministérios.



Na sequência, o Deputado Reinhold Stephanes disse que nos últimos vinte anos esse Escritório não conseguiu fazer seu papel.

Ato contínuo o Presidente, Deputado Wilson Quinteiro, declarou encerrada a audiência pública.

TÓPICOS DE DESTAQUE NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Após a realização das audiências públicas foi constatada a necessidade de manter amplo e constante debate sobre as questões que afligem os paranaenses e impedem o desenvolvimento deste importante Estado da Federação.

As participações nas audiências públicas realizadas pela Comissão Especial evidenciaram os seguintes pontos que devem, obrigatoriamente, contar com investimentos da União em favor do Estado do Paraná:

1. Investimento da União, através do Plano Nacional de Saneamento, para a universalização do abastecimento de água e de saneamento básico em todos os Municípios do Estado.
2. Desoneração do PIS/COFINS do setor de saneamento, gerando tarifa diferenciada para a população de baixa renda.
3. Oferta de recursos não onerosos para programas de saneamento em comunidades rurais e financiamento de caixas d'água e instalações sanitárias para comunidades de baixa renda.



4. Vinculação orçamentária de 10% da receita corrente líquida da União para a saúde, a exemplo das vinculações existentes para os Estados e Municípios.
5. Criação do Prouni para as universidades estaduais do Paraná, financiando os cursos de nível superior.
6. Implantação do Sistema Único de Ação Social.
7. Implantação do Sistema Único do Trabalho.
8. Dragagem de aprofundamento no Porto de Paranaguá.
9. Revisão da Poligonal do Porto Organizado, viabilizando os Portos de Pontal e no Embocuí-Emboguaçu.
10. Revitalização da Avenida Ayrton Senna do Km 1 ao Km 7, construção de vias marginais, trincheiras e viadutos para melhorar o acesso ao Porto de Paranaguá.
11. Construção de acesso alternativo ao Porto de Paranaguá e ao Porto de Antonina através da BR-101.
12. Extensão de Rodovias para o desenvolvimento dos Terminais Portuários de Pontal do Paraná.
13. Construção de nova Ferrovia no trecho Lapa-Paranaguá.
14. Construção da Ferrovia Maracajú-Lapa.
15. Alteração das bitolas ferroviárias (métrica, larga e mista).



16. Construção do Contorno Ferroviário Norte de Curitiba.
17. Construção de vias marginais no Contorno Sul de Curitiba.
18. Melhorias na BR-376 – perímetro urbano de São José dos Pinhais.
19. Duplicação e conclusão do Contorno Norte de Curitiba.
20. Estudos sobre a Variante da Serra do Mar.
21. Duplicação e Melhorias na BR-476, trecho Lapa-União da Vitória.
22. Implantação da BR-487, de Porto Camargo a Campo Mourão, bem como estudos para a construção do trecho Campo Mourão-Alto do Amparo.
23. Melhorias e implantação de trechos da BR-153, de Alto do Amparo-Imbituva-União da Vitória.
24. Melhorias e Implantação de trechos da BR-158, de Campo Mourão a Laranjeiras do Sul.
25. Melhorias e duplicação da BR-163.
26. Construção dos Contornos Norte de Cascavel e de Ponta Grossa.



27. Nas Rodovias Federais sob concessão é imprescindível a realização de melhorias, bem como a duplicação da PR-323, de Guaíra a Maringá; duplicação da PR-92, de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina; duplicação da PR-445, de Londrina a Mauá da Serra; duplicação da PR/BR-280, de Barracão a Palmas; duplicação da rodovia Almirante Tamandaré a Rio Branco do Sul.
28. Redução imediata das tarifas de pedágio das rodovias federais concedidas.
29. Melhorias nos Aeroportos Afonso Pena, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Sudoeste (Pato Branco e Francisco Beltrão), Maringá (Sistema de Aproximação), bem como a conclusão dos Projetos Arco Norte, dos Campos Gerais ao Oeste.
30. Construção do Alcoolduto Sarandi-Paranaguá.
31. Repressurização do GASBOL – Gasoduto da Bolívia.
32. Construção de Terminal de GNL – Gás Natural Liquefeito em Paranaguá.
33. Construção do Gasoduto Paranaguá-Araucária.
34. Construção de nova linha do Gasoduto Norte-Oeste do Paraná.
35. Recursos federais para regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares em municípios do Paraná.



36. Recursos a fundo perdido para melhorias de habitações urbanas.
37. Recursos para titulação de áreas ocupadas irregularmente.
38. Desoneração tributária para a construção de moradias de interesse social.
39. Aumento da cota e do valor do PMCMV Municípios e Entidades do Estado do Paraná.
40. Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Habitação no Congresso Nacional.
41. Criação de mais faixas para o Simples, permitindo que as empresas se desenvolvam sem burocracia e carga tributária elevada.
42. Ampliação e diversificação de oportunidades de qualificação profissional para a população paranaense, permitindo ao Estado alcançar a excelência na educação profissional ofertada na Rede Estadual Pública.
43. Aplicação de recursos federais no custeio e no aperfeiçoamento da Gestão do Sistema Único de Saúde, reduzindo as distâncias e o tempo de resposta do atendimento às necessidades da atenção à saúde do cidadão.
44. Ampliação das redes de atenção à saúde: mãe paranaense, urgências e emergências, saúde bucal e saúde mental.



45. Aplicação de recursos federais nos programas da rede de atenção à saúde: Apsus (Programa de Qualificação da Atenção Primária); Comsus (Programa de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde); Hospsus (Programa de Qualificação dos Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná); Vigiasus (Programa de Vigilância em Saúde); e Farmácias do Paraná (Programa de Qualificação da Assistência Farmacêutica).
46. Ampliação de recursos federais para custeio de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Paraná.
47. Ampliação de recursos federais para custeio de ações de vigilância em saúde – saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica e sanitária.
48. Ampliação de recursos federais para custeio de assistência farmacêutica no SUS – componente medicamento especializado.
49. Recursos de custeio para centros de especialidades do Paraná.
50. Financiamento de custeio para oferta e ampliação de vagas nos cursos de medicina nas universidades estaduais.
51. Recursos federais para investimento anual em capital e necessidade de incremento anual de recurso federal na área de saúde no Paraná.



CONCLUSÃO

O contínuo desenvolvimento do Estado do Paraná e, consequentemente, de sua população, depende de uma série de fatores que são interdependentes.

Considerando a localização estratégica do Estado e o potencial aqui existente, é importante a concretização de projetos que contemplem inovação e sustentabilidade, proporcionando condições de vida digna e de qualidade.

A Agenda Paraná tem como propósito apresentar à sociedade paranaense e aos poderes públicos dez pontos fundamentais, ressaltando que sem o desenvolvimento de projetos consistentes e a efetiva aplicação de recursos da União, não se vislumbra base sólida para esse desenvolvimento:

1. Construção de novos ramais ferroviários – o Paraná investiu recursos próprios em ferrovias – a Central do Paraná que interliga o Norte do Estado com o Porto de Paranaguá e a Ferroeste que liga Cascavel a Guarapuava – sem nenhuma contrapartida do Governo Federal para viabilização dos recursos. Vale ressaltar que a Central do Paraná foi concessionada pelo Governo Federal para a ALL sem que o Estado tivesse qualquer ressarcimento nem participação sobre a concessão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial para elaboração da Agenda Paraná 2014



Desafios:

- 1.1 Elaboração do EVTEA da ferrovia Maracaju (MS) – Guaíra – Cascavel – Guarapuava – Porto de Paranaguá – Porto de Pontal do Paraná.
 - 1.2 Execução da obra nos próximos anos com recursos federais e via Parceria Público-Privada (PPP). Ferrovia Norte – Sul (foco em transferência de grãos).
 - 1.3 Elaboração do EVTEA da Ferrovia Norte – Sul (foco em transferência de grãos) Norte-Noroeste, Oeste e Sudoeste do Paraná/SC-RS, para diminuição dos custos do transporte de grãos entre polos produtores e consumidores.
 - 1.4 Execução de obras de melhorias, revitalização e maior utilização da ferrovia atual – concessão ALL, além de permitir concorrência com consequente redução de custos.
 - 1.5 Elaboração de projetos para o Contorno Ferroviário Norte de Curitiba e a Ferrovia Litorânea (ligação com Portos de SC).
-
2. Construção de hidrovias – o Paraná é um Estado privilegiado em relação aos rios navegáveis, porém ainda com poucos investimentos e repasses do Governo Federal para apoiar as construções de hidrovias. A Hidrovia Tietê-Paraná é a segunda do país em transporte de cargas, só perdendo em volume para a hidrovia da bacia amazônica. O Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2 aplicou 900 milhões em investimento no ano de 2012, em parceria com o Governo de São Paulo, aplicados no trecho paulista da hidrovia.



Desafios:

2.1 O trecho paranaense da hidrovia carece de investimentos para aumentar o transporte de cargas na região. A Hidrovia Paraguai-Paraná, para atingir o objetivo de impactar no transporte de cargas do Estado, depende da intervenção do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama para resolver problemas ambientais decorrentes do projeto da hidrovia, segundo determinação da Justiça Federal.

2.2 É preciso que o Governo Federal enfrente os problemas e resolva as questões ambientais e coloque em pleno funcionamento a hidrovia.

3. Planejamento e implantação de obras de infraestrutura portuária – as exportações por meio dos Portos do Paraná têm como principal destino a Comunidade Europeia (40,7%), seguida pelos EUA, Porto Rico e Mercosul.

Desafios:

3.1 Redefinição da legislação sobre os portos brasileiros para viabilizar o processo de descentralização e de racionalização da operação dos portos, mediante diálogo com as áreas portuárias do país.

3.2 Viabilização do projeto de modernização dos Portos do Paraná, dragagem de manutenção e aprofundamento dos Portos de Paranaguá e Antonina.

3.3 Lançamento do Edital de Arrendamentos e Licitações em Paranaguá.

3.4 Alteração da Poligonal para viabilizar instalação de novos Portos em Pontal do Paraná e no Embocui-Emboguaçu.

3.5 Articulação da sequência da modernização dos atuais *shiploaders*.

3.6 Execução de teste para operação com chuva leve.



3.7 Execução de acesso rodoferroviário ao Porto (Avenida Ayrton Senna).

4. Planejamento e implantação de obras de infraestrutura rodoviária e aeroportuária – as estradas federais concessionadas e delegadas deixaram de representar ônus para o Governo Federal (manutenção/conservação), mas nem por isso houve investimentos significativos nos últimos dez anos, nas rodovias que cortam o Estado. Estas rodovias perfazem um total de 3.985,95 Km, sendo apenas 500 Km de rodovias duplicadas, inclusas nesse número, as rodovias estaduais.

Desafios:

- 4.1 Duplicação dos eixos rodoviários estruturantes para o desenvolvimento do Estado e do Brasil nos próximos cinco anos.
- 4.2 Implantação da BR-101 no Paraná (2º acesso ao Porto de Paranaguá, novo acesso ao porto de Antonina e desafogar BR-376 Curitiba-Joinville).
- 4.3 Melhorias no acesso ao Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna).
- 4.4 Obras de Vias Marginais no Contorno Sul de Curitiba.
- 4.5 Melhorias na BR-376 (perímetro urbano de São José dos Pinhais).
- 4.6 Duplicação e conclusão do Contorno Norte de Curitiba.
- 4.7 Elaboração de estudo da variante da Serra do Mar.
- 4.8 Melhorias e duplicações na BR-476 (Lapa – União da Vitória).
- 4.9 Implantação da BR-487 (Boiadeira) Porto Camargo a Campo Mourão e elaboração de estudo Campo Mourão – Alto do Amparo.
- 4.10 Melhorias e implantação de trechos na BR-153 – Alto do Amparo - Imbituva – União da Vitória.
- 4.11 Melhorias e implantação de trechos na BR-158 Campos Mourão – Laranjeiras do Sul.



4.12 Melhorias e duplicações na BR-163.

4.13 Execução dos Contornos - Norte de Cascavel e de Ponta Grossa.

4.14 Duplicação da BR-163.

4.15 Construção do Aeroporto Regional do Oeste do Paraná.

5. Instalação de polos de desenvolvimento de tecnologia;

6. Desenvolvimento da educação básica e de ensino médio.

Desafios:

6.1 Promoção da ampliação da jornada escolar de forma multissetorial progressiva para assegurar melhores oportunidades de aprendizagem e proteção social a crianças e jovens paranaenses, priorizando os estabelecimentos de ensino que apresentem condições viáveis e proposta de projeto político pedagógico assumido pela comunidade escolar.

6.2 Organização da educação integral através de atividades complementares e educação em tempo integral para municípios e bairros com IDH abaixo da média nacional.

6.3 Ampliação de parcerias com governo federal, visando à inserção nos programas e projetos que colaborem para o enriquecimento curricular da educação básica, assim como para promover a ampliação de atividades socioeducativas diferenciadas para os alunos.

6.4 Implantação de ferramentas tecnológicas em todas as escolas da rede estadual para transformar o ambiente da sala de aula e favorecer a aprendizagem dos alunos.

6.5 Promoção da educação inclusiva, com professores e profissionais especializados para ampliação do atendimento com o significativo aumento de salas de recursos multifuncionais e efetivo apoio de equipes multiprofissionais.



6.6 Desenvolvimento de programas de apoio à erradicação do analfabetismo e que colaborem para o êxito da escolarização de jovens e adultos, em parceria efetiva com os municípios.

7. Aplicação de recursos federais nas instituições de ensino superior estaduais – o Governo do Estado arca com a despesa relativa à operação e manutenção de sete Universidades Estaduais, que atendem 95 mil alunos. Essa situação representa um custeio de mais de 5% sobre as receitas que compõem a base de cálculo das despesas com Educação no Estado. Vale ressaltar que o Ensino Superior é de responsabilidade do Governo Federal. Atualmente o custo anual por aluno é de R\$ 11.000,00.

Desafios:

7.1 Que o Governo Federal arque com essas despesas, diretamente ou por meio de repasses automáticos ao Estado do valor correspondente, com vistas a ampliar o atendimento com melhoria de infraestrutura de ensino, valorização da carreira acadêmica e integração com o setor produtivo.

7.2 Implantar no âmbito do MEC o programa Universidade Sem Fronteira aberto para as IFESs e IEESs, nos moldes do Programa criado pela SETI, com Editais de Fluxo Contínuo, para projetos de 24 (vinte e quatro) meses.

7.3 Implantar no âmbito do MEC, editais de investimentos em infraestrutura voltadas aos de graduação das IEESs, com periodicidade anual, tendo por critério a existência de cotas sociais.

7.4 Implantar um Programa de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre a Fundação Araucária, MEC, CAPES e CNPq com participação da União na proporção de R\$1,00 por R\$ 1,00 dos investimentos em P&D&I realizados pelo Estado do Paraná no sistema de ensino superior público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial para elaboração da Agenda Paraná 2014



7.5 Adotar um sistema de descentralização das capitais e de regionalização no Estado do Paraná dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, bem como de investimentos estratégicos para a consolidação dos cursos de mestrados e de doutorados.

8. Reavaliação do Sistema Único de Saúde – SUS - no período de 2011 a 2014 está sendo aplicado R\$ 8,5 bilhões em saúde no Paraná, mas existe a necessidade de recursos federais para custeio e investimentos em diversas áreas.

Desafios:

8.1 Desenvolvimento de novas práticas e procedimentos e gestão de recursos.

8.2 Realização de auditorias em todos os níveis do SUS.

8.3 Implantação das Redes Materno Infantil e de Urgência e Emergência em todas as 22 (vinte e duas) regiões do Estado.

8.4 Ampliação de recursos para custeio de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

8.5 Ampliação de recursos para custeio de ações de vigilância em saúde (trabalhador e epidemiológica e sanitária).

8.6 Ampliação de recursos para custeio de assistência farmacêutica no SUS.

8.7 Recursos de custeio para centros de especialidades no Paraná.

8.8 Financiamento de custeio para oferta e ampliação de vagas nos cursos de Medicina nas Universidades Estaduais.



9. Obras de saneamento básico.

Desafios:

9.1 Ampliação de forma contínua dos investimentos na manutenção, no aprimoramento e na expansão dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgotamentos sanitários nos municípios do Estado do Paraná, com vistas à universalização do atendimento e o cumprimento da legislação vigente.

9.2 Desoneração do PIS/COFINS do setor de saneamento para as comunidades rurais.

9.3 Execução do Programa de financiamento de caixa d'água e instalações sanitárias para famílias de baixa renda.

10. Ações de Qualificação Profissional – a educação profissional no Estado é referência nacional, mas existe a necessidade de se ampliar e diversificar as oportunidades de qualificação profissional à população paranaense, por meio de sua rede e parcerias junto a segmentos da sociedade civil que promovem a formação profissional.

Desafios:

10.1 Viabilização dos recursos do Programa Brasil Profissionalizado, que demoram muito tempo para chegar ao Estado, com consequente prejuízo pedagógico aos alunos.

10.2 Construção da Rede de Abrangência dos CEEPs.

10.3 Elaboração de uma proposta que considere os projetos pedagógicos e contemple a estrutura produtiva da região, proporcionando ao jovem que concluir o curso a oportunidade de atuar em sua área de formação.

10.4 Criação e execução do BI da Educação Profissional.

10.5 Implementação do Sistema Paranaense de Informação sobre Qualificação e Acesso ao Emprego (SISPAQE).



10.6 Elaboração e execução de um modelo efetivo de controle de egressos.

A Comissão Especial solicita que este Relatório Final seja enviado às seguintes autoridades:

- I – Governo do Estado;
- II – Ministério Público Estadual;
- III – Ministério Público Federal;
- IV – Tribunal de Justiça;
- V – Tribunal de Contas;
- VI – Prefeituras do Estado;
- VII – Câmaras Municipais do Estado;
- VIII – Candidatos à Presidência da República;
- IX – Candidatos ao Senado da República pelo Paraná.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2014.



Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

PRESIDENTE



Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

RELATOR

Deputado Nereu Moura (PMDB)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial para elaboração da Agenda Paraná 2014



Deputada Rose "Litro" (PSDB)

Deputado Elio Rusch (DEM)

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Fernando Scanavacca (PDT)

Deputado Adelino Ribeiro (PSL)

Deputado Elton Welter (PT)



Diário Oficial Assembleia

Poder Legislativo Estadual

Edição nº 708 | 17ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa | Publicação nº 350 | 20 páginas
Curitiba, Terça-feira, 12 de Agosto de 2014

Mesa Executiva

DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI Presidente		
DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR 1º Vice-Presidente	DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES 1º Secretário	DEPUTADO GILSON DE SOUZA 3º Secretário
DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO 2º Vice-Presidente	DEPUTADO ADEMIR BIER 2º Secretário	DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO 4º Secretário
DEPUTADO NELSON LUERSEN 3º Vice-Presidente		DEPUTADO STEPHANES JUNIOR 5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo	Ademar Tralano
Líder da Oposição	Elton Welter
PMDB	Nereu Moura
PSDB	Francisco Böhner
PSB	Wilson Quinteiro
DEM	Elio Lino Rusch
PDT	Fernando Scanavacca
PT	Tadeu Venâncio
PPS	Tercílio Turini
Bloco - PP, PV, PSL	Dulfo Genari
Bloco - PSC, PRB, PMN	Leonardo Paranhos

Representação Partidária

PMDB – Ademir Bier, Alexandre Curt, Aníbelli Neto, Artáglio Junior, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romaneli, Nereu Moura, Stephanes Junior, Tenio Kato, Waldyr Pugliesi, Luiz Eduardo Cheida, Caio Quintana, Cláudio Hölse. PSDB – Ademar Tralano, Bernardo Ribas Ceril, Carlora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Böhner, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Roge “Lito”, Valdir Rossini. DEM – Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Osmar Bertoldi. PT – Elio Venâncio, Luciana Rafagnin, Párides de Meilo, Tadeu Venâncio, Professor Lemos, Toninho Wandscheer. Elton Welter. PDT – André Bueno, Fernando Scanavacca, Nelson Luersen. PSB – Gilberto Ribeiro, Hernan Brandão Jr, Wilson Quinteiro. PSD – Maria Turck, Ney Leprevost. PV – Raissa Rodrigues, Roberto Adail. PSC – Gilson de Souza, Paranhos. PPS – Douglas Fabrício, Tercílio Turini, Felipe Lucas. PRB – Pastor Edson Praczyk. PSL – Adelfino Ribeiro. PP – Dulfo Genari. PMN – Dr. Balista.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



de Curitiba, sem até que o Frederico soubesse, porque ela estava lutando para conseguir todos os móveis - são mais de 160 salas - móveis maravilhosos, porque a Ulirga, que é do Estado, estava mandando todos os móveis, e ela ficou sabendo primeiro. Ela foi lá, com um funcionário do Denarc, investigador da Polícia, para conseguir essas móveis, que foram imediatamente dados pelo Presidente da Ulirga, Corregedor - de gás não estou do jeito - pelo Dr. Luciano Pizzotto, e toda Polícia Civil. Não estão sendo destinados os bônus, que posteriormente, a pedido dela também, vão ser dados para a Guarda Municipal; são muitos móveis. Então, me lembro do quanto ela batalhou para conseguir essas móveis para a Polícia Civil, porque ela sabia que indo para a Polícia Civil - obviamente ela tinha ido lá - reconhecia que essa parte seria dada também para a Guarda Municipal.

Então, podem ser coisas absolutas de que, como disse, a amizade é uma coisa muito linda, e uma mulher deixou em meu coração, e tenho certeza absoluta de que no coração de cada um que está aqui presente, uma lembrança que jamais será esquecida. Ela foi, mas podem ter certeza de que a presença dela está lembrada por todos. Um dia todos nós partiremos. O importante é que quando nós partiremos, também possamos deixar nosso nome gravado por todo aquilo que fizemos em prol principalmente dos nossos insidentes. Que Deus o tenha em um bom lugar.

Uma lembrança também aos meus amigos, porque quando vocês tiveram o início na Guarda Municipal, e estou vendo muitos aqui que iniciaram comigo, como Vereador, em 1988, na primeira turma, Osmar, uma coisa maravilhosa. Naquela época não existia muito risco de vida para Guarda Municipal, porque o trabalho era limitado, não é, Frederico? Mas hoje existe um risco muito grande, igualzinho ao da Polícia Militar, os bandidos não dão tréguas. Vocês viram recentemente o que aconteceu em Castro, onde foi executada a Polícia Militar, o que aconteceu em Colombo, o que aconteceu em Campo Largo, o que aconteceu no COPE, uma Polícia altamente especializada, um só vagabundo, um só delinquente atingiu sete dos nossos policiais. Graças a Deus com o Delegado, que estava praticamente desorganizado, veio a falecer; o Superintendente, os demais investigadores, todos se salvaram, graças a Deus. Mas vejamos quanto que vocês têm que tomar cuidado hoje. Protejam a si e protejam também aos seus companheiros. O bandido, quando ele é vagabundo, ele não dá tréguas mesmo. Isso eu posso agora, citando alguns dos inúmeros casos que aconteceram. Sempre levar consigo uma proteção. Tenho que estar do olho em mim e no meu companheiro. O bandido que quer se entregar, quando a Polícia chega, quando a Guarda Municipal chega, se ele estiver armado já joga a arma no chão. Bandido que está com a arma na cintura ainda, bandido que está com a arma na mão, bandido que sai correndo armado é perigosíssimo; teremos muito cuidado. Sempre digo aos meus amigos policiais - não estou aqui a instigar vocês a ficar atirando em bandido nem em - mas se tiver que chutar a mãe, que chutar a mãe do vagabundo, jamais a mãe dos nossos Guardas Municipais, dos nossos Policiais Civis, dos nossos Policiais Militares. Então, sempre atentos. Não queremos que ninguém peca a vida, mas entre escolher a vida daqueles que defendem a lei, e daqueles que transgredem a lei, daqueles que fazem o contrabando, daqueles que vendem drogas, daqueles delinquentes, marginais, viciados, é evidente que eles que vão embora, não é?

Então, que Deus ilumine a todos vocês, que Deus abençoe a todos vocês. Foi um prazer muito grande fazer essa lembrança dessa maravilhosa pessoa que integrou a Guarda Municipal.

Agora, passo de novo a palavra à nossa mestra de cerimônias.

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Obrigada, Deputado Mauro Moraes.

Neste momento, convidamos o Capelão da Guarda Municipal de Curitiba, o Supervisor Brás para que proceda uma bênção ecumênica a todos os integrantes da Corporação e a todos os presentes nesta noite.

SR. CAPELÃO BRÁS: Boa noite a todos. Sauda a todos com a paz do Nome Senhor Jesus Cristo. Muito bem lembrado pelas primeiras palavras do Deputado, que todo que funciona é com a permissão de Deus. Onde quer que estejam, Deus está conosco; em todos os atos da nossa vida temos que ter Deus conosco. A nossa esperança é sempre estar com Deus, desta forma vamos vencer todas as batalhas que encontrarmos em nossas vidas.

O objetivo de estar aqui nesta noite é pedir a bênção de Deus a todos os integrantes da Guarda Municipal, e também lembrar e preocupação da Direção da Guarda com a vida do guarda, com a integridade do guarda, com a família do guarda.

A Capelania é um serviço de uma atividade religiosa, que vem preparar o ensinamento, a fé cristã de todos os integrantes da Guarda. É por esse motivo que me apresento nesta noite, para dizer aos nossos colegas, amigos e companheiros, familiares, da preocupação da Direção da Guarda, não só com o lado profissional do guarda, mas também com a vida social dele, com o momento da vida religiosa, da vida cristã perante Deus, que podemos estar presentes.

Para continuar e selar este compromisso, vou deixando um versículo que está em Salmo 125, do versículo 1 a seguir, que fala: "Os que confiam no Senhor serão como o monte de Sião, que não abala, mas permanecerá para sempre." Fica é a proteção divina que Deus coloca como promessa para nós, escrita no Livro Sagrado, que é a Bíblia. Esse dois versos que eu citei é que vão dar a base para proseguirmos com esse novo projeto do Diretor da Guarda, que é instituir a Capelania da Guarda Municipal perante a Instituição. Ela vem nos apoiar e nos dar mais base, mas fortalecer mais os nossos conhecimentos perante a comunidade, perante Deus; porque o guarda também é um ser humano, é um ser espiritual, um ser que tem alma, um ser que tem vida, como muitos às vezes acham que o guarda é simplesmente um guarda, um ser até, muitas vezes, com indiferença. Mas tudo isso faz parte do nosso dia a dia.

O que devemos fazer é pedir que Deus abençoe essas pessoas. Muitas vezes elas não compreendem o serviço, não compreendem o que está acontecendo ao lado delas, e muitas vezes, também, elas estão afastadas de Deus, e muitas vezes o guarda, nesta parte, se desespera e cai em pane, fica doente e passa por esquecimento. É esta parte que vamos resgatar agora, através de Deus, para que esse fato não abale o serviço, não abale a vida do guarda, e muito menos o ser, como os anjos de sua família.

Para selar esse compromisso, convido a todos a se colocarem em pé

e vamos fazer a oração que Jesus nos deixou, que está lá, em Mateus, capítulo VI, versos 9 e a seguir. É uma oração universal, que todos conhecemos, ela não discrimina nenhuma denominação, e é a oração que Jesus nos ensinou, que é Pai Nosso: "Pai nosso que estás nos céus, santificado seja o teu nome. Venha a nós o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na Terra como no Céu. O pão nosso de cada dia nos daí hoje, perdoo as nossas dívidas, assim como nós perdoamos os nossos devedores, porque tu és o Reino, o poder e a glória para sempre."

Deus abençoe a todos. Fiquem à vontade. Vocês podem aplaudir Jesus neste momento? (Aplausos)

Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes): Não tenho palavras que possam expressar a minha alegria, a minha gratidão, o meu contentamento em poder ter realizado esta Sessão Solene e prestado esta justa homenagem aos membros da Guarda Municipal. Dizer a vocês, meus queridos amigos e queridas amigas, que tenho certeza do apreço, da estima, do carinho que vocês têm pelo Deputado Mauro Moraes, e peço que vocês também acreditem na reciprocidade desses sentimentos. A Guarda Municipal sempre esteve, desde a sua formação, presente em meu coração, e continuará sempre presente em minha memória.

Que Deus ilumine o trabalho de vocês, em todo momento, como foi no passado, é no presente e será no futuro. Vocês poderão contar sempre com o Deputado Mauro Moraes; meu querido Osmar Bertoldi, que está sempre lutando ao nosso lado; de maneira muito especial também com o meu amigo, meu irmão, Beto Moraes, que não mede esforços nem para também ajudar a Guarda Municipal, em todos os atos; Frederico, designado verbas para a compra de armas, para a compra de equipamentos para os nossos guardas municipais. Que Deus abençoe a todos vocês.

Agradeço também a presença das demais autoridades, civis e militares, dos amigos e familiares dos nossos heróis caídos, da Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná, sob a regência do 1º Sargento Reinaldo da Costa da Polícia Civil, sob a regência do maestro Wilson dos Santos e da maestrina Sílvia dos Santos Abeti; bem como das demais convidadas que aqui compareceram, honrando o dignificado o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Antes de convidar os presentes a ouvir o Hino Nacional, só quero frisar a vocês que o maior prazer nosso, em todas as nossas solenidades, é servir um coquetel, no lado, aqui no Espaço Cultural, mas hoje ficamos impedidos, porque estamos em nossa reedificação e isso nos impede de fazer isso. Então, ficamos com muita saudade, mas em outra ocasião faremos um jantar, se Deus quiser. Osmar, aos nossos amigos que compõem essa maravilhosa Guarda da Polícia Militar.

Convido a todos os presentes a ouvir o Hino do Paraná, após o que estará encerrada esta Sessão Solene. Uma boa noite a todos vocês.

(Exatidão do Hino do Paraná.)

"LEVANTA-SE A SESSÃO".

(Sessão Solene realizada no Plenário do Centro Legislativo Presidente Amâncio Khury, iniciada às 18h.)

77389/2014

Processo Legislativo

Comissões Especiais

Ata da Reunião da Comissão Especial - Agenda Paraná

(Ata do Presidente nº 5/2014)

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 14h00min, na Sala de Reuniões da Diretoria Legislativa, reuniu-se a Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União, com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento estadual em relação aos investimentos em logística, infraestrutura, ensino superior e novos desafios. Verificada a presença de quórum necessário, sob a proteção do Deus, o Presidente, Deputado Wilson Guimarães, declarou aberta a reunião, tendo inicialmente informado aos presentes que a pauta da reunião seria a discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Em seguida, o Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Relator da Comissão, apresentou o Relatório Final à Comissão, manifestando-se favoravelmente a sua aprovação. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Relatório Final, tendo sido aprovado por unanimidade, sem ressalvas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a todos Deputados presentes, em especial à Doutora Lucília Felicidade Dias, à Doutora Solange Cortesão Faria e aos demais servidores e encerrou a presente reunião, determinando a lavratura da presente ata que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Wilson Guimarães
Presidente

Deputado Luiz Cláudio
Romanelli
Relator

Deputado Elio Rusch
Membro

Deputado Rose "Uirô"
Membro

Deputado Fernando Scatena
Membro

Deputado Douglas Fabrício
Membro

77489/2014

RELATÓRIO FINAL
COMISSÃO ESPECIAL AGENDA PARANÁ 2014

"Quando um indivíduo é ferido nos seus direitos, deve-se perguntar a ele se os sustentará, se resistirá ao seu adversário e, por consequência, se ele lutará ou se, efetivamente, para escapar à luta, abandonará covardemente o seu direito."

Rudolf Von Jhering

A Comissão Especial foi constituída pelo Ato do Presidente nº 5, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 661, de 2 de junho de 2014, conforme Requerimento de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, apresentado em Plenário sob protocolo nº 2567 DAP, em 20 de maio de 2014.

Ficou assim constituída a Comissão Especial:

- Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), titular e Alexandre Cui (PMDB), suplente;
- Nereu Moura (PMDB), titular e Jonas Guimarães (PMDB), suplente;
- Rosa "Lúcia" (PSDB), titular e Cantora Maria Lúcia (PSDB), suplente;
- Élio Rusch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente;
- Elton Welter (PT), titular e Eraldo Verri (PT), suplente;
- Fernando Goanessa (PDT), titular e Nelson Lucena (PDT), suplente;
- Wilson Quinteiro (PSB), titular e Paranhos (PSC), suplente;
- Adelino Ribeiro (PSL), titular e Dulio Guedes (PP), suplente;
- Douglas Fabricio (PPS), titular e Tercílio Turini (PPS), suplente.

Instalado a Comissão no dia 4 de junho de 2014, na sala de Reuniões da Presidência, foram eleitos Presidente o Deputado Wilson Quinteiro e Relator o Deputado Luiz Cláudio Romanelli. A Ata de instalação foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 663, de 4 de junho de 2014.

Também na data da instalação da Comissão Especial, o Presidente, Deputado Wilson Quinteiro, expediu ofício ao Presidente da Assembleia solicitando a designação dos senhores Sotero Cordeiro Faria, Maria Hering da Silva, Tadeu Secolin S. da Costa e Miram Ribeiro Portocarrero, da Diretoria Legislativa e da Diretoria de Assessoria ao Plenário, para acompanharem a Comissão Especial.

A criação da Comissão Especial com a proposta de elaboração da Agenda Paraná surge da necessidade de construir agenda propositiva, com as principais reivindicações e desafios do Paraná na sua relação com a União, com a participação dos Poderes constituídos, dos Municípios, da Academia, das Entidades representativas da Sociedade Civil Organizada, dos Trabalhadores e do setor produtivo.

O Paraná é a quinta economia do País, o sexto Estado da federação em população e o terceiro maior gerador de empregos com carteira assinada, o maior produtor de grãos do país. O Paraná apresentou crescimento do Produto Interno Bruto – PIB acima da média nacional. Contudo, há desconexão entre o que é arrecadado no Estado e o retorno recebido em investimentos do Governo Federal.

CONTRIBUIÇÃO X INVESTIMENTO

Confira o total de tributos federais que os estados pagaram, entre 2002 e 2013, e o investimento da União que receberam:

O Paraná contribui muito com impostos...

2002 a 2013 (R\$ bilhões)	Arrecadado	Investido
São Paulo	2.367,1	13,5
Rio de Janeiro	1.193,3	12,0
Distrito Federal	555,2	6,0
Paraná	277,2	6,4
Espírito Santo	102,2	2,7
Amazonas	73,2	3,9
Rio Grande do Sul	262,5	14,7
Santa Catarina	160,9	9,1
Minas Gerais	308,1	21,8
Pernambuco	83,9	10,0
Goiás	113,2	13,9
Ceará	57,5	9,1
Goiás	59,2	11,9
Mato Grosso	26,9	6,2
Sergipe	12,6	3,1
Rio Grande do Norte	16,7	4,1
Piauí	30,3	8,0
Mato Grosso do Sul	18,4	5,1
Mato Grosso	24,1	6,8
Pernambuco	16,7	4,9
Piauí	9,6	4,7
Roraima	8,4	4,2
Alagoas	11,0	5,5
Amapá	3,1	2,0
Roraima	2,6	2,6
Tocantins	5,2	5,9
Acre	2,7	3,3

O Paraná contribuiu com R\$ 277,2 bilhões em tributos federais e recebeu 6,4 bilhões de investimentos.

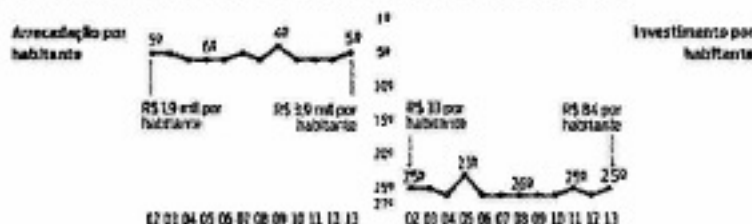
... mas recebe pouco em troca.

% do arrecadado que volta em investimento	
121,7	Acre
114,7	Tocantins
101,6	Roraima
63,5	Amapá
49,7	Alagoas
49,3	Roraima
48,9	Piauí
29,1	Paraná
28,3	Mato Grosso
27,5	Mato Grosso do Sul
26,4	Piauí
24,7	Rio Grande do Norte
24,4	Sergipe
22,9	Morantão
20,1	Goiás
15,8	Ceará
12,2	Goiás
11,9	Pernambuco
7,1	Minas Gerais
5,7	Santa Catarina
5,6	Rio Grande do Sul
5,4	Amazonas
3,7	Espírito Santo
2,3	Paraná
1,1	Distrito Federal
1,0	Rio de Janeiro
0,6	São Paulo

2,2% do arrecadado com o Paraná volta para o estado como investimento

Desempenho paranaense

Confira a performance do Paraná, ano a ano, no ranking de investimentos e de arrecadação:



Nesse contexto foi proposta a Comissão Especial da Agenda Paraná, cujos principais objetivos são:

- análise da economia e dos projetos existentes no Estado e a elaboração de plano estratégico que contemple e potencialize as principais demandas existentes;
- alinhamento e integração das propostas das diversas instituições envolvidas no desenvolvimento do Paraná;
- conscientização e mobilização da sociedade paranaense quanto à importância da união em torno das grandes obras necessárias ao Estado;
- estabelecimento de prioridades para direcionar os projetos do Paraná para o recebimento de investimentos do Governo Federal.

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente e o Relator, logo após a instalação da Comissão Especial, em 4 de junho de 2014, emitiram comitês a diversas autoridades e órgãos da sociedade organizada para a realização da primeira audiência pública da Comissão, que foi realizada no dia 11 de junho de 2014, às 10h00, no Plenário da Assembleia Legislativa.

Os ofícios expedidos para a realização da primeira audiência pública constam do Anexo I deste Relatório. Os documentos recebidos na primeira audiência pública constam do Anexo II do Relatório.

O principal destaque dessa primeira Audiência Pública foi a discussão em torno da arrecadação do Estado do Paraná, tendo como contraponto os recursos que não revertidos pela União em benefício dos paranaenses.

Os pronunciamentos da primeira audiência tiveram início com o Relator, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fez o destaque de os dados socioeconômicos do Paraná a quinta economia do País, o sexto Estado da Federação em população e o terceiro maior gerador de empregos com carteira assinada, tendo o crescimento do PIB acima da média nacional. O Paraná é o Estado com maior produção de grãos do Brasil, além de recordista na produção de energia hidrelétrica gerada na Usina do Itaipu.

O relator apresentou alguns dados extraídos do Portal da Transparência do Governo Federal, relativos ao exercício de 2013, conforme tabela abaixo, onde se observa que o Paraná está entre os onze Estados pagadores de tributos federais e entre os que menos recebem da União.

Estado	Pagou	Recebeu	Resultado
Acre	355.309.711,57	2.399.341.296,95	2.014.031.585,38
Alagoas	1.598.183.597,17	5.538.263.353,60	3.939.079.756,43
Amapá	451.889.797,12	2.209.461.445,34	1.747.571.648,22
Amazonas	8.958.752.913,25	4.338.805.414,75	4.621.947.498,50
Bahia	13.890.398.932,92	18.229.959.554,69	4.339.560.621,77
Ceará	8.152.272.765,83	11.281.711.762,02	3.129.438.996,19
Distrito Federal	71.711.052.832,84	6.839.381.984,07	62.871.670.848,77
Espírito Santo	14.269.217.693,04	4.039.698.241,28	10.230.519.451,76
Goiás	8.496.877.990,69	5.492.482.468,54	3.004.395.522,15
Maranhão	4.379.159.627,27	10.559.817.896,10	6.180.658.268,83
Mato Grosso	3.579.889.851,78	3.057.062.892,28	522.826.959,50
Mato Grosso do Sul	2.688.914.690,85	2.843.314.815,07	154.399.924,22
Minas Gerais	38.382.834.680,51	17.684.415.435,92	20.698.419.244,59
Pará	4.291.894.186,56	10.292.611.440,78	5.999.717.254,23
Paraíba	2.547.182.915,57	6.329.782.394,20	3.782.599.478,63
Paraná	38.497.708.589,13	9.073.319.962,73	29.424.388.626,40
Pernambuco	12.668.823.096,69	11.354.303.131,42	1.314.519.964,27
Piauí	1.417.238.681,81	5.641.840.498,03	4.224.601.816,22
Rio de Janeiro	141.880.394.138,32	18.458.467.886,85	123.421.926.251,47
Rio Grande do Norte	2.478.513.151,77	5.229.748.718,83	2.751.235.566,06
Rio Grande do Sul	32.305.919.846,67	8.884.068.650,53	23.421.851.196,14
Roraima	1.271.518.810,65	2.443.779.704,23	1.172.260.893,58
Roraima	918.393.818,42	1.693.868.334,85	775.474.516,43
Santa Catarina	23.428.780.055,57	4.988.572.585,60	18.440.207.469,97
São Paulo	285.787.514.789,33	23.819.534.746,10	261.967.980.043,23
Sergipe	1.872.268.265,95	4.093.578.610,03	2.221.309.344,08
Tocantins	743.642.163,10	3.618.278.808,70	2.874.636.645,60

Fonte: Portal Transparência Governo Federal
Sistema ODS - ODS
Secretaria do Tesouro Federal

A União deveria influir os meios de planejamento postos pela legislação nacional, o PPA, a LDO e a LOAS, para conferir efetividade ao desenvolvimento regional, de forma a se corrigir os desequilíbrios, contudo, sem desconsiderar um ente federado, como tem sido feito historicamente em relação ao Paraná.

"...o planejamento não pode ser entendido como um fim em si mesmo, mas como instrumento de progresso de uma nação. Sua função é equilibrar a economia nacional. Se temia a afetar as inflações e deflações, mantendo sempre estável a economia, de sorte que os investimentos absorvam toda a poupança, sem exceder a nem fiquem abaixo dela. O planejamento atual exige a 'humanização' do orçamento." (BALEIRO, Alomar. Uma introdução à ciência das finanças. 16 ed. Ver. E atualização por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p.422)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli destacou a grande questão que representa o custeio do ensino superior no Estado do Paraná, considerando que o Estado está aplicando recursos em setor cuja previsão constitucional de manutenção é da União, mantendo 95 mil alunos nas Universidades Estaduais.

Destacou que o Paraná assumiu grande parte do ensino superior e estadualizou rodovias federais com a implantação do pedágio ao custo da contribuição paranaense. Ocorre que os recursos são aplicados em setores que caberiam à União financiar. Com essa situação, o Estado não consegue investir na necessária infraestrutura para o seu crescimento e desenvolvimento.

Enfatizou que o rol de problemas em discussão não é fechado e necessita de amplo debate.

Enunciou, também, as questões das ferrovias e dos portos paranaenses e a criação do Tribunal Federal do Paraná entre outros temas de relevância.

Dando sequência aos pronunciamentos, o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, senhor João Carlos Gomes, apresentou aos participantes da audiência pública as dificuldades do ensino superior no Estado, que tem 95 mil alunos matriculados, sendo 99 mil no interior.

Enfatizou que São Paulo tem 40 milhões de habitantes e 160 mil alunos, enquanto o Paraná - com 11 milhões de habitantes - tem 95 mil alunos cujas instituições de ensino superior são custeadas pelo Estado.

Atualmente o Paraná faz a sua parte, pois tem entre 60% e 65% dos alunos matriculados no setor público, só nas universidades estaduais, e 55% em pós-graduação.

Informou que há proposta nacional, através da Associação de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais Brasileiras, apresentada em audiência pública em Brasília, para que a União inclua no orçamento recursos para custeio e investimento nas Universidades Estaduais, reconhecendo o Estado pelos investimentos no ensino superior.

Com a aplicação de recursos da União nas Universidades Estaduais seria possível ampliar a prestação de serviços à comunidade, com investimentos e custeio das instituições de ensino superior estaduais.



Na sequência, usou a palavra o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, senhor Cássio Taniguchi, que expôs as presentes questões de interesse do Paraná e indicou soluções para fomentar o desenvolvimento local.

O Secretário enfatizou a necessidade do Governo Federal investir na implantação e execução de novas rodovias no Paraná, a BR-153, a Boladeira, a Transparaná, além de outros projetos de fundamental importância estrutural.

Lembrou que as concessões de rodovias federais no Estado importam para o Governo Federal e que este não reverteu essa economia em obras de infraestrutura.

Afirmou que a expansão do Porto de Paranaguá é fundamental para o crescimento do Estado, representando ponto de estrangulamento da economia.

Elencou, na sequência, os problemas que o Estado tem com os empréstimos do Governo Federal, cuja situação vem dificultando o desenvolvimento do obras estruturais.

Na continuidade, usou a palavra o senhor João Arthur Mohr, Chefe de Gabinete da Federação das Indústrias do Paraná – Fiep, que fez exposição de material ainda visual da Fórum Permanente Futuro 10 Paraná. Dividiu a apresentação falando de portos, ferrovias, aeroportos, rodovias e dutovias. Explicou que o Fórum Permanente Futuro 10 Paraná é suprapartidário e representa a junção de dezessete entidades que buscam visão de Estado.

Destacou que o crescimento do Paraná passa pela ampliação do Porto de Paranaguá e a alteração da poligonal, cujo atual linha imaginária impede investimentos naquela região.

Sua apresentação foi dividida nos temas portos, ferrovias, aeroportos, rodovias, dutovias, que englobam a questão do gás natural, e a mobilidade urbana.

Enfatizou que a gestão de aplicação de recursos no Estado junto à União deve ser pletto ário e comum, para que se possa ganhar força política.

Após, manifestou-se o senhor Nelson Ramos de Melo Junior, representante da Sanepar, destacando a necessidade de crescimento dos investimentos em abastecimento de água e saneamento.

Destacou também a necessidade de desoneração do PIS e da Cofes para o setor de saneamento, com o incentivo nos investimentos para a população de baixa renda e na geração de tarifa diferencial para essa faixa populacional.

O Governo Federal precisa investir no Programa de Saneamento para Comunidades Rurais, bem como no financiamento de calças d'água e instalações sanitárias para famílias de baixa renda.

Usou a palavra, também, o senhor José Carlos Castilho, representando a Fetasp, que protocolizou documento com as sugestões da entidade para contribuir com a formação da Agenda Paraná 2014 e enfatizou que a instituição já entregara esse documento ao Governo do Paraná.

Plenem uso da palavra, ainda, as senhoras Alair de Fátima Stancoski, representando a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e Tisa Kastrup, representando o Deputado Elio Rusch, membro da Comissão Especial.

A representante da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social destacou o trabalho daquele órgão prestado às famílias em situação de vulnerabilidade social e risco. Enfatizou, ainda, o trabalho intensificado exigido na implementação dos programas efetos a essa Secretaria.

Ao final da primeira audiência pública, após a manifestação do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Relator da Comissão Especial, que agradeceu a presença de todos e a colaboração com os trabalhos da Comissão, o Presidente, Deputado Wilson Quinteiro, expediu Convocação para a Segunda Audiência Pública, para o dia 25 de junho de 2014, às 10h00, na Sala das Comissões.

SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os Ofícios expedidos para a realização da segunda audiência pública constam do Anexo III deste Relatório Final. Os documentos recebidos na segunda audiência pública, realizada em 25 de junho de 2014, às 10h00, na sala das Comissões, figuram no Anexo IV do Relatório Final.

A Ata da Segunda Audiência Pública foi publicada no Diário da Assembleia nº 687, de 14 de julho de 2014.

A Audiência Pública foi presidida pelo Deputado Wilson Quinteiro, com a participação do Reitor, Deputado Luiz Claudio Romanelli, e do membro da Comissão, Deputado Douglas Fabrício.

O Deputado Luiz Claudio Romanelli iniciou sua exposição retomando as principais temáticas da primeira audiência e alertando para a necessidade de o Governo Federal assumir o financiamento da análise superior nas universidades estaduais do Paraná, que contam com mais de 95 mil alunos matriculados. Fez um paralelo com o Estado do Rio Grande do Sul, que tem 2.500 alunos em universidades estaduais, destacando o quanto o Estado do Paraná aplica do respectivo orçamento em área cuja competência constitucional é da União.

O relator pontuou que o Paraná, durante décadas, investiu na estruturação do setor elétrico por meio da construção de usinas hidrelétricas para que se pudesse ter um diferencial na geração de energia abundante e de baixo custo. Com a mudança de regras no setor elétrico, além do Estado não dispor da própria energia gerada, é obrigado a vendê-la em contratos de longo prazo e, paradoxalmente, quando ocorre crise como a que a país atravessa atualmente, é obrigado a comprar energia de alto custo, e exemplo do gerado por termelétricas. Destacou, também, a limitação do uso do gás natural que inviabiliza o desenvolvimento de muitas empresas.

Afirmou que a Agenda Paraná não é ponto de chegada, mas um ponto de partida para a articulação da sociedade paranaense e que se trata do processo de consolidação para a união e articulação do Paraná à frente da gestão de recursos por parte do Governo Federal.

Na sequência se pronunciou o Deputado Douglas Fabrício, membro da Comissão Especial para a elaboração da Agenda Paraná 2014.

Enfatizou a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes e, na sequência, citou o problema das rodovias federais que cortam o Estado do Paraná e o custo do pedágio dessas vias para o desenvolvimento do Estado.

Alertou que a grande beneficiada com o pedágio foi a União, desvirtuando-se de competência que lhe cabia.

O Deputado Federal Reinhold Stephanes, o conviu da Comissão, compareceu à audiência e fez uso da palavra, colocando sua experiência em favor da elaboração da Agenda Paraná 2014, bem como enfatizando a necessidade de união e constante articulação para que esse não seja mais um documento, com descritivo de projetos, que permanece no papel.

O Deputado lamentou que tantos projetos fundamentais para o Estado do Paraná fiquem parados e que, muitas vezes, poucas pessoas têm a consciência de como operacionalizar o sistema público para beneficiar eficientemente a sociedade.

Disse, ainda, que o Paraná tem duas questões fundamentais e estratégicas: o Porto de Paranaguá e o Porto de Ponta.

Segundo ele, o Porto de Ponta tem o melhor potencial para futuro porto existente no Brasil. Contudo, em razão da necessidade de se redefinir a poligonal, a obra não acontece. Fica tudo perdido na burocracia do Governo Federal.

Destacou também a rapidez que os Deputados e demais políticos de outras unidades da federação conseguem unidade, enquanto o Paraná não avança nessas questões. Ressaltou a falta de unidade e articulação política.

Na continuidade, usou a palavra o Rector Aldo Nelson Bora, Presidente da Associação Paranaense de Rectors, representando a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que falou sobre a luta do Paraná para conseguir investimentos da União nas universidades estaduais. Na oportunidade, fez a entrega à Comissão Especial Agência Paraná da Carta de Campos do Jordão, através da qual a Associação Paranaense de Rectors gestiona apoio para conseguir os referidos investimentos.

Enalteceu a riqueza que representa para o Estado possuir as universidades estaduais no respectivo patrimônio, mas ressaltou a importância da União respeitar o pacto federativo e assumir a responsabilidade de financiamento do ensino superior local.

Explicou que a solicitação feita pela Associação dos Rectors ao Governo Federal apresenta um conjunto de estudos e anteprojeto de lei por meio do qual o Governo Federal assume o compromisso de repassar às universidades estaduais R\$2 mil por aluno matriculado no ensino presencial, o que daria, no caso do Paraná, 100 mil alunos vezes R\$ 2 mil por aluno para o custeio das universidades estaduais. O então Ministro Aloizio Mercadante não aceitou a proposta, tomando por patrimônio o Estado de São Paulo e a USP.

Após isso, afirmou que a Associação constitui grupo de trabalho que procura solucionar esse impasse impeditivo do crescimento das universidades estaduais.

Logo após usou a palavra o Dr. René dos Santos, representante da Secretaria de Estado da Saúde, que destacou os avanços conquistados na área de saúde pela Secretaria através da realização de planejamento estratégico e ponderou sobre a necessidade da criação de índices mínimos de aplicação de recursos na saúde pelo Governo Federal.

O principal objetivo da Secretaria de Estado da Saúde é reduzir os índices e o tempo de resposta de atendimento às necessidades de atenção à saúde da população. A estratégia para atingir esses objetivos é levar para mais perto o atendimento às pessoas, nas suas regiões, levando redes de atenção à saúde.

Disse que Estados e Municípios são obrigados a aplicar recursos orçamentários na saúde, pois a União não dispõe de reservas obrigatórias para essa área, deixando-se sem política nacional, especialmente para o financiamento de hospitais com menos de cinquenta leitos.

Lamentou que, há dez anos, os valores repassados pela União são os mesmos dispostos na Portaria Federal de 2004. Ainda assim, o Paraná é o único Estado que possui o Hospitem e vem aportando recursos do Orçamento nessa rede de atendimento.

É necessário que o Governo Federal aporte recursos nas 22 (vinte e duas) regiões de saúde do Estado, vez que só há realização de aporte nas regiões metropolitanas de Curitiba e recenseamento de Londrina.

Destacou a falta de política nacional para a saúde, afirmando que o Paraná é um dos poucos Estados que criou política de financiamento de custeio de vigilância e saúde, que é o VigilSUS.

Outro grande equívoco do Governo Federal é que, através do Programa Mais Médicos, só está financiando a criação de mais vagas no curso de Medicina nas universidades federais e nas universidades particulares, deixando as universidades estaduais sem investimentos nessa área. O Pronex poderia financiar mais vagas e isso não acontece nas universidades estaduais.

Na sequência, fez sua exposição a senhora Fabiana Campos, Diretora de Educação e Trabalho da Secretaria de Estado da Educação.

Salientou que a Secretaria de Estado da Educação vem focando na educação profissionalizante, proporcionando à população paranaense, por meio da rede de parcerias, a qualificação em nível de ensino médio, pós-médio e cursos de extensão e apresentou como prioridade os cursos de formação de docentes, considerando a direção do Ministério da Educação e da Cultura que até 2015 os professores que atuam na educação infantil precisam ter o curso de Pedagogia.

O Paraná é diferenciado do restante do país, atendendo 187 (cento e oitenta e sete) municípios, que representam 48% do Estado, com 55 (cinquenta e cinco) cursos em onze grandes áreas de atuação.

Considerando as parcerias com Senac, Senai, Senat, Senar e o Instituto Federal do Paraná, são atendidos mais 138 (cento e trinta e oito) municípios, abrangendo 34% do Estado, com oferta de mais de duzentos cursos.

A rede própria do Estado mais as parcerias atingem 80,2% do Estado com algum curso de qualificação profissional. São atendidos 95,3% dos habitantes com a rede própria de cursos profissionalizantes.

A Secretaria de Estado da Educação já apresentou projetos e necessita dos recursos do Programa Brasil Profissionalizado.

Solicitou também a inclusão na agenda Paraná da liberação de recursos do FINEC para acervo bibliográfico e laboratórios, conforme solicitação já feita pelo Estado.

A construção de centro profissionalizante em Curitiba não pode ser inserida no pedido ao MEC porque o município, que tem a maior demanda de alunos e a menor oferta de vagas, não disponibilizou terreno para esse fim. Esse programa é parceria de Município, Estado e União e o processo se inicia com a disponibilização de terreno. Curitiba tem um único CEEP.

A Secretaria da Educação necessita de reforço nos repasses do Pronex, vez que o Estado ficou bastante prejudicado com a diminuição desses valores. Depois de São Paulo, o Paraná é aquele que mais oferece cursos na rede integrada, sendo necessário que o MEC libere recursos tanto para a rede integrada quanto para o Pronex.

Destacou, ainda, que o Pronex é calculado com base na RAIS e no Coged, contudo, inexiste acesso a todas as informações desses registros. A Secretaria da Educação planeja estruturar um business inteligente da educação profissional, visando subsidiar a tomada de decisão na oferta dos cursos mais necessários e em quais regiões do Estado.

Informou, ainda, que o site da Secretaria de Estado disponibiliza um catálogo de cursos ofertados para o conhecimento da sociedade.

Na sequência, fez seu pronunciamento a senhora Alzair Fátima, representante da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, lembrando seu discurso da audiência pública anterior, quando destacou que a prioridade da Secretaria é trabalhar com famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.



Informou que o Sistema Único de Assistência Social foi instituído em 2005, na mesma lógica do sistema de saúde.

A Secretaria está apresentando Proposta de Emenda Constitucional para garantir percentual mínimo da aplicação de recursos na área social, investindo na União, no Estado e no Município.

Outra proposta da Secretaria, é o cofinanciamento para todos os serviços tipificados no Plano Nacional do Assistência Social.

A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social também defende a ampliação do benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, visando garantir um salário mínimo por mês aos idosos que não podem prover a respectiva subsistência, reduzindo-se a idade de 65 (sessenta e cinco) para sessenta anos, excluindo-se do cálculo a renda per capita que as famílias recebem, em virtude de sua condição. Pondera, ainda, a necessidade da revisão dos critérios para permitir à pessoa com doenças degenerativas o acesso ao benefício.

Destacou, também, ser imperativo que a União amplie o investimento em unidades socioeducativas no Paraná. A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social entende ser necessário reconstruir a vida das meninas e meninos que foram nas unidades socioeducativas, evitando a reincidência e permitindo que essas jovens voltem à sociedade com projetos de vida.

Na continuidade, fez uso da palavra o senhor José Maurino, Diretor do Departamento de Trabalho, Emprego e Economia Solidária, destacando que o Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, executa políticas públicas que, por força da Constituição, seriam obrigação da União.

A União divide essa responsabilidade com os Estados através de convênios e parcerias. O Paraná tem a segunda maior capacidade de agências, representando 15% do total de agências do Sine do Brasil: são 220 (duzentas e vinte) agências, ou 223 (duzentas e vinte e três) considerando três municipalidades.

Discute-se com propriedade que a União, a quem caberia investir nessa área, deixa cada vez mais os investimentos a cargo do Estado.

O Diretor José Maurino destacou que o então Secretário Luiz Claudio Romanelli, relator desta Comissão da Agenda Paraná, na Presidência do Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho - Fonet, iniciou movimento nacional para reestruturar essa lógica através da rede Sine.

A porta de entrada para o trabalhador deve ser a Agência do Trabalhador ou a Rede Sine no Brasil, onde possa buscar a habilitação no seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra e a orientação profissional. Os recursos do seguro-desemprego aquecem a economia a curto prazo, mas a médio e longo prazo não agregam valor, pois o empregado deixa a inserção no mercado de trabalho para o período pós seguro. Ao procurar o seguro-desemprego, o empregado já é encaminhado à qualificação profissional.

Diante dos fatos incontestáveis, é urgente a reestruturação da Rede Sine no Brasil para que o Estado aproveite os recursos do seguro-desemprego na qualificação do empregado e permita a colocação deste no mercado de trabalho de forma segura e duradoura.

Apresentou a proposta para a criação do Sistema Único do Trabalho, definindo com precisão as responsabilidades da União, Estados e Municípios, a exemplo do que ocorre nos Sistemas de Saúde e de Assistência Social.

A Confederação Nacional do Trabalho dispõe que 3% dos recursos do FAT devem ficar reservados para a infraestrutura e custeio da Rede Sine no Brasil, pois quanto mais estruturado estiver, maior será o acesso do trabalhador à profissionalização, orientação profissional e microcréditos.

Na continuidade, fez uso da palavra o senhor Paulo Bueno Neto, Presidente da Associação de Moradores e Empresários do Bongiorni e Campina do Siqueira, destacando que a mesma luta do Paraná em relação ao Governo Federal, enfrenta a associação de bairro em relação ao Município.

Enfatizou que os Governos devem utilizar os projetos para fomentar o desenvolvimento, porque sem planejamento de longo prazo não há realizações. Lembrou que há cinco meses aguarda a resposta de um e-mail encaminhado à Prefeitura de Curitiba, isto revoltante para o cidadão que honra pontualmente os impostos.

Enfatizou ser imperiosa a existência de máquinas administrativas novas e de planejamento nas ações que visam à implementação de políticas públicas com urgência.

Para finalizar, foi ouvido o senhor Tarciso Fleiter, representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, ponderando que o Paraná, por ser eminentemente agrícola, foca sua atuação na sustentabilidade.

Aproximadamente 40% do PIB do Estado vem da atividade do agronegócio, investimento que nem sempre retorna tendo em vista que a atividade depende muito de tempo e preços. Enfim, os riscos são muitos e requer-se muito planejamento.

Cobrou investimentos do Governo Federal na sustentabilidade do agronegócio, bem como na sanidade, para melhorar a qualidade e a compatibilidades dos rebanhos.

Enfatizou que a logística e a infraestrutura também são problemas enfrentados pelo Estado e que restringem o seu crescimento na agricultura.

O baixo IDH de muitas cidades também impede o desenvolvimento do Estado, já que a União não vem investindo o suficiente para reverter essa situação. É necessário investimento em saneamento, abastecimento de água, poços artesianos, moradia, estradas vicinais, garantia de saúde no campo, transporte, enfim, desenvolvimento para o campo no Paraná.

Por fim, disse que o Paraná tem uma agricultura que necessita de alto qualifativo, pois é muito produtiva em comparação com os níveis do Brasil. Contudo, há muito a melhorar e a campanha Plano seu Futuro vem reforçar as qualidades da agricultura paranaense.

Na sequência, o Deputado Federal Reinhold Stephanos solicitou espaço para fazer nova intervenção e destacou que falta maior mobilização da forma organizada no Paraná. Quando da liberação de empréstimos ao Estado, foram reunidos vinte Deputados em Brasília para a reunião com o Secretário do Tesouro Nacional. A mobilização organizada deve ser uma constante e não uma exceção em tempos de crise.

Ao final o Relator da Comissão Especial, Deputado Luiz Claudio Romanelli, concluiu os trabalhos reconhecendo a importância dos pronunciamentos para o aprofundamento dos debates.

Concordou com a intervenção do senhor Paulo Bueno Neto, de que o Estado segue o modelo Americano. Contudo, li os pareceres com eles servem para o governo demonstrar ao que veio, e aqui os primeiros com eles são de monitoria, completando a participação dos governos.

Agradeceu a presença de todos e destacou a importância da discussão da relação federativa, ficando o Paraná de lotaria em relação a sua ação política.

Expôs a necessidade de inventar a lógica estabelecida que duplicou a BR-376, desenvolvendo Santa Catarina e as praias catarinenses, enquanto a mesma rodovia poderia ter sido duplicada, levando maior desenvolvimento ao interior do Paraná.

A BR-116 ainda tem 30 Km sem duplicação na Serra do Caetani. Na campanha presidencial, Ulysses Guimarães já dissera que essa duplicação não seria para não desenvolver o Paraná.

Desejou que as candidatas que receberam a Agenda Paraná podem até esquecê-la em algum lugar, mas os paranaenses não. Deve o Paraná fazer sua reengenharia e lembrar a todos permanentemente que o desenvolvimento deste Estado depende de empenho.

Ao final o Deputado Wilson Quinteiro aduziu a existência do Escritório do Paraná, em Brasília, que deve promover maior interação com os Ministérios.

Na sequência, o Deputado Reinhold Stephanus disse que nos últimos vinte anos esse Escritório não conseguiu fazer seu papel.

Ato contínuo o Presidente, Deputado Wilson Quinteiro, declarou encerrada a sessão pública.

TÓPICOS DE DESTAQUE NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Após a realização das audiências públicas foi constatada a necessidade de manter amplo e constante debate sobre as questões que afetam os paranaenses e impedem o desenvolvimento deste importante Estado da Federação.

As participações nas audiências públicas realizadas pela Comissão Especial evidenciaram os seguintes pontos que devem, obrigatoriamente, contar com investimentos da União em favor do Estado do Paraná:

1. Investimento da União, através do Plano Nacional de Saneamento, para a universalização do abastecimento de água e de saneamento básico em todas as Municípios do Estado.
2. Desoneração do PIS/COFINS do setor de saneamento, gerando tarifa diferenciada para a população de baixa renda.
3. Oferta de recursos não onerosos para programas de saneamento em comunidades rurais e financiamento de caixas d'água e instalações sanitárias para comunidades de baixa renda.
4. Vinculação orçamentária de 10% do receita corrente líquida da União para a saúde, a exemplo das vinculações existentes para os Estados e Municípios.
5. Criação do Prozel para as universidades estaduais do Paraná, financiando os cursos de nível superior.
6. Implantação do Sistema Único de Ação Social.
7. Implantação do Sistema Único do Trabalho.
8. Dragagem de aprofundamento no Porto de Paranaguá.
9. Revitalização da Poligonal do Porto Organizado, viabilizando os Portos de Ponta e no Embocó-Emboguapu.
10. Revitalização da Avenida Ayrton Senna do Km 1 ao Km 7, construção de vias marginais, trincheiras e viadutos para melhorar o acesso ao Porto de Paranaguá.
11. Construção de acesso alternativo ao Porto de Paranaguá e ao Porto de Antonina através da BR-101.
12. Extensão de Rodovias para o desenvolvimento dos Terminais Portuários de Ponta do Paraná.
13. Construção de nova Ferrovia no trecho Lapa-Paranaguá.
14. Construção da Ferrovia Maracó-Lapa.
15. Alteração dos bitolas ferroviárias (métrica, larga e mista).
16. Construção do Contorno Ferroviário Norte de Curitiba.
17. Construção de vias marginais no Contorno Sul de Curitiba.
18. Melhorias na BR-376 – perímetro urbano de São José dos Pinhais.
19. Duplicação e conclusão do Contorno Norte de Curitiba.
20. Estudos sobre a Viação da Serra do Mar.
21. Duplicação e Melhorias na BR-476, trecho Lapa-União da Vitória.
22. Implantação da BR-407, de Porto Camargo a Campo Mourão, bem como estudos para a construção do trecho Campo Mourão-Alto do Amparo.
23. Melhorias e implantação de trechos da BR-153, de Alto do Amparo-Imbituva-União da Vitória.
24. Melhorias e implantação de trechos da BR-158, de Campo Mourão a Laranjeiras do Sul.
25. Melhorias e duplicação da BR-163.
26. Construção dos Contornos Norte de Cascavel e de Ponta Grossa.
27. Nas Rodovias Federais sob concessão é imprescindível a realização de melhorias, bem como a duplicação da PR-323, de Guaíba a Maringá; duplicação da PR-42, de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina; duplicação da PR-445, de Londrina a Mauá da Serra; duplicação da PRER-280, de Barracão a Patrocin, duplicação da rodovia Almirante Tamandaré a Rio Branco do Sul.



28. Redução imediata das tarifas de pedágio das rodovias federais concedidas.
29. Melhorias nos Aeroportos Alceu Pena, Londrina, Foz de Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Sudoeste (Pato Branco e Francisco Beltrão), Maringá (Sistema de Aproximação), bem como a conclusão dos Projetos Arco Norte, dos Campos Gerais ao Oeste.
30. Construção do Alcaiduto Sertão-Paranaguá.
31. Repressurização do GASBOL – Gasoduto da Bolívia.
32. Construção do Terminal de GNL – Gás Natural Liquefeito em Paranaguá.
33. Construção do Gasoduto Paranaguá-Araucária.
34. Construção de nova linha do Gasoduto Norte-Oeste do Paraná.
35. Recursos federais para regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares em municípios do Paraná.
36. Recursos a fundo perdido para melhorias de habitações urbanas.
37. Recursos para titulação de áreas ocupadas irregularmente.
38. Desoneração tributária para a construção de moradias de interesse social.
39. Aumento de cota e de valor do PMCMV Municípios e Entidades do Estado do Paraná.
40. Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Habitação no Congresso Nacional.
41. Criação de mais feiras para o Simples, permitindo que as empresas se desenvolvam sem burocracia e carga tributária elevada.
42. Ampliação e diversificação de oportunidades de qualificação profissional para a população paranaense, permitindo ao Estado alcançar a excelência na educação profissional ofertada na Rede Estadual Pública.
43. Aplicação de recursos federais no custeio e no aperfeiçoamento da Gestão do Sistema Único de Saúde, reduzindo as distâncias e o tempo de resposta do atendimento às necessidades da atenção à saúde do cidadão.
44. Aquisição das redes de atenção à saúde: rede paranaense, urgências e emergências, saúde bucal e saúde mental.
45. Aplicação de recursos federais nos programas da rede de atenção à saúde: Apous (Programa de Qualificação da Atenção Primária); Campus (Programa de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde); Hospitais (Programa de Qualificação dos Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná); Vigilância (Programa de Vigilância em Saúde); e Farmácia do Paraná (Programa de Qualificação da Assistência Farmacêutica).
46. Ampliação do recurso federal para custeio de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Paraná.
47. Ampliação do recurso federal para custeio de ações de vigilância em saúde – saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica e sanitária.
48. Ampliação do recurso federal para custeio da assistência farmacêutica no SUS – componente medicamento especializado.
49. Recursos de custeio para centros de especialidades do Paraná.
50. Financiamento do custeio para oferta e ampliação de vagas nos cursos de medicina nas universidades estaduais.
51. Recursos federais para investimento anual em capital e necessidade de incremento anual de recurso federal na área de saúde no Paraná.

CONCLUSÃO

O contínuo desenvolvimento do Estado do Paraná e, conseqüentemente, de sua população, depende de uma série de fatores que são interdependentes.

Considerando a localização estratégica do Estado e o potencial aqui existente, é importante a concretização dos projetos que contemplem inovação e sustentabilidade, proporcionando condições de vida digna e de qualidade.

A Agenda Paraná tem como propósito apresentar à sociedade paranaense e aos poderes públicos dez pontos fundamentais, ressaltando que sem o desenvolvimento dos projetos consistentes e a efetiva aplicação de recursos da União, não se vê sobra base sólida para esse desenvolvimento:

1. Construção de novos ramais ferroviários – o Paraná investe recursos próprios em ferrovias – a Central do Paraná que interliga o Norte do Estado com o Porto de Paranaguá e a Ferroeste que liga Cascavel a Guarapuava – sem nenhuma contrapartida do Governo Federal para viabilização dos recursos. Vale ressaltar que a Central do Paraná foi concessionada pelo Governo Federal para a ALL sem que o Estado tivesse qualquer restrição nem participação sobre a concessão.

Desafios:

- 1.1 Elaboração do EVTEA da ferrovia Maracajá (MS) – Guaíba – Cascavel – Guarapuava – Porto de Paranaguá – Porto de Ponta da Paraná.
- 1.2 Execução da obra nos próximos anos com recursos federais e via Parceria Público-Privada (PPP). Ferrovia Norte – Sul (foco em transferência de grãos).
- 1.3 Elaboração do EVTEA da Ferrovia Norte – Sul (foco em transferência de grãos) Norte-Morreste, Oeste e Sudoeste do Paraná/SC-RS, para distribuição dos custos do transporte de grãos entre polos produtores e consumidores.
- 1.4 Execução de obras de melhorias, revitalização e maior utilização da ferrovia atual – concessão ALL, além de permitir concomitância com consequente redução de custos.
- 1.5 Elaboração de projetos para o Contorno Ferroviário Norte de Curitiba e a Ferrovia Litorânea (ligação com Portos de SC).
2. Construção de hidrovias – o Paraná é um Estado privilegiado em relação aos rios navegáveis, porém ainda com poucos investimentos e repasses do Governo Federal para apoiar as construções de hidrovias. A Hidrovia Tietê-Paraná é a segunda do país em transporte de cargas, só perdendo em volume para a Hidrovia da bacia amazônica. O Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2 aplicou 900 milhões em investimento no ano de 2012, em parceria com o Governo de São Paulo, aplicados no trecho paulista da hidrovia.



9. Obras de saneamento básico.

Desafios:

9.1 Ampliação de forma contínua dos investimentos na manutenção, no aprimoramento e na expansão dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário nos municípios do Estado do Paraná, com vistas à universalização do atendimento e o cumprimento da legislação vigente.

9.2 Desoneração do PIS/COFINS do setor de saneamento para as comunidades rurais.

9.3 Execução do Programa de financiamento da caixa d'água e instalações sanitárias para famílias de baixa renda.

10. Ações de Qualificação Profissional – a educação profissional no Estado é referência nacional, mas existe a necessidade de se ampliar e diversificar as oportunidades de qualificação profissional à população paranaense, por meio do seu rede e parcerias junto a segmentos da sociedade civil que promovam a formação profissional.

Desafios:

10.1 Viabilização dos recursos do Programa Brasil Profissionalizado, que demorem muito tempo para chegar ao Estado, com consequente prejuízo pedagógico aos alunos.

10.2 Construção da Rede de Aprendizagem dos CEEPs.

10.3 Elaboração de uma proposta que considere os projetos pedagógicos e contemple a estrutura produtiva da região, proporcionando ao jovem que concluir o curso a oportunidade de atuar em sua área de formação.

10.4 Criação e execução do SI da Educação Profissional.

10.5 Implementação do Sistema Paranaense de Informação sobre Qualificação e Acesso ao Emprego (SISPAE).

10.6 Elaboração e execução de um modelo efetivo de controle de egressos.

A Comissão Especial solicita que este Relatório Final seja enviado às seguintes autoridades:

- I – Governo do Estado;
- II – Ministério Público Estadual;
- III – Ministério Público Federal;
- IV – Tribunal de Justiça;
- V – Tribunal de Contas;
- VI – Prefeituras do Estado;
- VII – Câmaras Municipais do Estado;
- VIII – Candidatos à Presidência da República;
- IX – Candidatos ao Senado da República pelo Paraná.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2014.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

PRESIDENTE

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

RELATOR

Deputada Rose "Litro" (PSDB)

Deputado Élio Rusch (DEM)

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Fernando Scaramelo (PDT)

Deputado Adelino Ribeiro (PSL)

77413/2014

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 833/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6342 em 4 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que GUILHERME BRENNER LUCCHESI, Matrícula nº 9950, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na PROCURADORIA GERAL, estará em gozo de saldo de férias referente à Portaria 581/14, a partir de 18/08/2014 até 09/09/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de agosto de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1008/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6176 em 25 de julho de 2014,

Comunicar que DHANTTON GILMAR FERREIRA, Matrícula nº 11.173, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete da Deputada ROSE MARI COLETTI, estará em gozo de férias referente ao período 2013/2014, a partir de 01/09/2014 até 30/09/2014, com pagamento da gratificação referente ao tempo de férias em agosto de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de agosto de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1003/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6109 em 25 de julho de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que ALESSANDRO BERNARDES, Matrícula nº 11.568, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete da Deputada ROSE MARI COLETTI, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 01/09/2014 até 30/09/2014, com pagamento da gratificação referente ao tempo de férias em agosto de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de agosto de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

REQUERIMENTO

I – RECEBIDO
II – PROTOCOLE-SE
III – DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.
IV – À DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

12 AGO 2014

Senhor Presidente,

Transformação das Sessões Plenárias do dia 13 de agosto, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 355/2014.

Os Deputados abaixo assinados requerem, com fundamento no art. 107 e no § 2º do art. 174 do Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, a **transformação das Sessões Plenárias, Ordinárias e Extraordinárias, do dia 13 de agosto, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário** para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 355/2014, com a diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2014.

Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual

Ademir Traiano
Deputado Estadual

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Bernardo Carli
Deputado Estadual

DEUTADO ESTADUAL	ASSINATURA
1. Alexandre Cury	
2. FERNANDO SCANAVACA	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

3.	TERCÍLIO TURINI	
4.	JONAS GUIMARÃES	
5.	MABATSWA	
6.	Amoré Bueno	
7.	Pr. Edson Praczyk	
8.	ELIO RUSCH	
9.	Rose Lúcio	
10.	Nelson Garcia	
11.	Amoré Bueno	
12.	W. Carla Suvaky	
13.	D. Wilson Quintão	
14.	Adelino Ribeiro	
15.	Sermos Brandão Jr	
16.	Leonaldo Pannhos	
17.	Leonaldo Pannhos	
18.	Nelson Lúcio	
19.	KASU ITOMUKU	
20.		
21.		